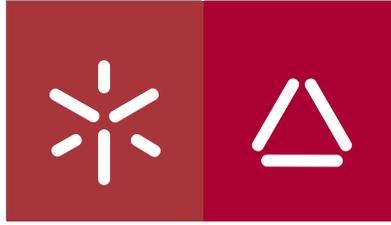


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Inês de Castro Mendes

O Paço aberto à comunidade: A Casa do Conhecimento da Universidade do Minho como ponte de aproximação



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Inês de Castro Mendes

**O Paço aberto à comunidade: A Casa do
Conhecimento da Universidade do Minho
como ponte de aproximação**

Relatório de Estágio
Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Alexandra Patrícia Lopes Esteves
Professor Doutor José Gabriel Andrade

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivados

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/>

Agradecimentos

Este relatório de estágio não se trata de uma obra feita por uma só pessoa, mas sim uma junção de testemunhos, experiências e leituras que me fizeram re(pensar) a percepção que tinha sobre os diversos temas apresentados.

O primeiro agradecimento está reservado aos meus orientadores, que me fizeram ver o caminho em momentos de escuridão. À Professora Alexandra Esteves, por ser um exemplo de referência académica desde os tempos de Licenciatura, pelo apoio e aconselhamento nas diversas aventuras académicas que tive oportunidade de experienciar nos últimos três anos. Ao Professor José Gabriel Andrade, pelo incentivo, por fazer-me repensar diariamente em formas de inovação, pela ajuda no cruzamento destas duas áreas: o Património Cultural e as Ciências da Comunicação, e por todos os chocolates que nos trouxe das suas viagens. Um muito obrigado. Que o futuro nos continue a trazer desafios comuns.

À minha Hortense, ao António, Diogo, avó Maria e avô Gordete, um obrigado pelo amparo e amor, mesmo que à distância. Serão para sempre a minha base.

À Joana, por acompanhar desde o primeiro dia este desafio, fazer-me repensar sobre o mundo em redor, pelas palavras de incentivo e sustento em momentos de desespero. À Paula por abrir-me a porta de sua casa.

À Susana, pela companhia, olhar preocupado e pelo auxílio na elaboração de todos os trabalhos de campo. Sem o seu contributo este trabalho não seria tão prazeroso.

Aos meus amigos: Vanessa, João, Sara e Júlia. Um dos maiores benefícios de ser trabalhadora-estudante foi ter oportunidade de vos conhecer. Levo-vos comigo para vida.

Ao Rodrigo, Beatriz, Sofia e Nio. Obrigado pelo incentivo, e pelo encontro no meio académico.

A todos os animadores digitais da Rede Casas do Conhecimento, obrigado por serem uma fonte diária de inspiração e resiliência. Um agradecimento especial para o Dr. Ismael, Dra. Maria João, Dra. Lurdes, Dra. Paula, Dra. Gorete, Dra. Cristina e Dr. João Nuno. Este trabalho é uma reflexão e exposição da concretização das vossas ideias.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

O Paço, edifício-sede da Universidade do Minho, localizado precisamente no centro da cidade de Braga, foi, desde o século XIV até ao século XIX, um dos mais importantes pólos sociais e religiosos da cidade, por ser sede da Arquidiocese de Braga. É assim, um marco territorial da ligação entre a Universidade do Minho e a comunidade, pela importância da interação com a sociedade, e a abertura de portas da Reitoria à sociedade propõe-se como um derrubar de ideia de “edifício institucional”.

Este trabalho tem sido desenvolvido pelas diferentes Unidades Culturais da Instituição inseridas no Paço, como a Biblioteca e o Arquivo Municipal, na ala barroca do edifício, e pela criação e abertura da Galeria de Exposições e consequente Loja do Paço, na área nascente. Mais recentemente, a Casa do Conhecimento da Universidade do Minho foi inserida no Paço, e propõe-se a dar vida cultural, tornando-o num espaço de aquisição de conhecimento, difusão de ideias e retratos da sociedade. Observar o papel das universidades e a forma como estas comunicam e se envolvem civicamente é auscultar a forma como estas se voltam para o seu exterior, nele intervindo e dele aproveitando recursos existentes para criar um melhor espaço de diálogo e vivência para a comunidade. O envolvimento parte, em muitos casos, da própria utilização de espaços físicos, como campus, bibliotecas, museus que são uma mais-valia para todos: cidadãos dos municípios, alunos, funcionários, professores, turistas e investigadores, tornando-se assim espaços de convivência e de pontes sociais.

A Unidade Cultural Casa do Conhecimento da Universidade do Minho, inserida na Rede de Casas do Conhecimento, tem sido uma ponte comunicacional e territorial entre onze espaços municipais, chegando a várias realidades e cruzando pessoas de contextos distintos que discutem ideias e aproximam-se enquanto sociedade. A utilização destas pontes e interfaces de comunicação é um passo em torno de uma sociedade mais justa e igualitária, onde, apesar de circunstâncias diferentes, é dada oportunidade de participação e integração dos diferentes contextos no mesmo espaço. Através da metodologia Investigação-Ação, irei identificar os trabalhos desenvolvidos pela Casa do Conhecimento da Universidade do Minho e pela Rede de Casas do Conhecimento enquanto ponte comunicacional e territorial entre onze municípios em Portugal, chegando a várias realidades e cruzando pessoas de contextos distintos que comunicam ideias, em muito casos distintos, e aproximam-se enquanto sociedade.

Palavras-chave: Salvaguarda patrimonial, Rede Casas do Conhecimento, Paço Arqueiepiscopal de Braga, envolvimento comunitário.

Abstract

The Paço, headquarters of the University of Minho, located precisely in the center of the city of Braga, was, from the 14th century to the 19th century, one of the most important social and religious centers of the city, as it is the seat of the Archdiocese of Braga. It is thus a territorial landmark of the connection between the University of Minho and the community, due to the importance of interaction with society, and the opening of the doors of the Rectory to society is proposed as a demolition of the idea of “institutional building”.

This work has been carried out by the different Cultural Units of the Institution inserted in the Paço, such as the Library and the Municipal Archive, in the baroque wing of the building, and by the creation and opening of the Exhibition Gallery and consequent Shop of the Paço, in the east area. More recently, the House of Knowledge of the University of Minho was inserted in the Paço, and aims to give cultural life, making it a space for acquiring knowledge, disseminating ideas and portraits of society. Observing the role of universities and the way they communicate and engage civically is to listen to the way in which they turn to the outside, intervening in it and taking advantage of existing resources to create a better space for dialogue and experience for the community. Involvement starts, in many cases, from the use of physical spaces, such as campuses, libraries, museums that are an added value for everyone: citizens of the municipalities, students, employees, teachers, tourists and researchers, thus becoming spaces of coexistence and social bridges.

The Cultural Unit House of Knowledge inserted in the Houses of Knowledge Network has been a communicational and territorial bridge between eleven municipal spaces, reaching various realities and crossing people from different contexts who discuss ideas and come together as a society. The use of these bridges and communication interfaces is a step towards a more just and egalitarian society, where, despite different circumstances, the opportunity for participation and integration of different contexts in the same space is given. Through the Research-Action methodology, I will identify the works developed by the House of Knowledge of the University of Minho and by the Network of Houses of Knowledge as a communicational and territorial bridge between eleven municipalities in Portugal, reaching various realities and crossing people from different contexts that communicate ideas, in many cases distinct and approach as a society.

Keywords: Patrimonial safeguard, Houses of Knowledge Network, Archbishop's Palace of Braga, community engagement.

Índice

Direitos De Autor E Condições De Utilização Do Trabalho Por Terceiros	i
Agradecimentos	ii
Declaração De Integridade	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Introdução	1
1. Os Contratempos do Património	4
2. Estado da Arte e Fontes de Pesquisa sobre o Paço Arquiepiscopal de Braga	7
3. Contextualização Histórica dos Antecedentes do Paço Arquiepiscopal	10
4. Evolução Arquitetónica do Paço Arquiepiscopal de Braga	11
4.1 O Paço Medieval	12
4.1.1 As Obras de D. Gonçalo Pereira	12
4.1.2 As Obras de G. Fernando da Guerra	13
4.2 O Paço Renascentista	13
4.2.1 As Obras de D. Diogo de Sousa (1505-1532)	14
4.2.2 As Obras de D. Manuel de Sousa (1545-1549)	14
4.2.3 As Obras de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609)	15
4.3 O Paço Barroco	15
4.3.1 As Obras de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728)	15
4.3.2 As Obras de D. José de Bragança (1741-1756)	17

4.4 O Paço no Final do Século XVIII	18
4.5 O Paço nos Séculos XIX e XX	19
4.6 Da Intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1930-1934 ao Restauro até 1950.	20
Capítulo II: O Paço Enquanto Edifício-Sede da Universidade do Minho.	21
1. A Criação e Instalação da Universidade do Minho no Antigo Paço Arcebispal.	21
2. A Relevância do Envolvimento das Instituições de Ensino Superior no Espaço Cívico.	22
2.1 A Terceira Missão da Universidade.	26
2.2 Iniciativas de Envolvimento Cívico das Universidades na Comunidade.	27
3. A Salvaguarda do Património como Terceira Missão da Universidade	29
Capítulo III: Objetivos e Metodologia de Investigação	34
1. Objetivos	34
2. Metodologia de Investigação/Planos de Trabalho	34
Capítulo IV: O Paço Aberto à Comunidade: A Casa do Conhecimento da UMinho	38
1. Da Casa do Conhecimento da UMinho à Rede Casas do Conhecimento	38
2. A Expansão Interregional da Rede Casas do Conhecimento Norte e Alentejo.	40
Capítulo V: Trabalho de Campo e Análise de Dados	42
1. Atividades, Palestras e Seminários realizados pela Casa do Conhecimento da UMinho e Rede Casas do Conhecimento.	42
1.1 Comunidade de Leitores	42
1.2 Conversas na Casa	44
1.3 Ciclo de Seminários Ribat-On: Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Alto Tâmega	45
1.4 Curso de Outono da Casa do Conhecimento de Paredes de Coura	45

1.5 Património com Alma	46
1.6 Conversas Nortear	47
1.7 Palestra “Cuidados Visuais Para Ver Melhor o Futuro”	47
2. Projetos Financiados	48
2.1 E-Civitas – Expansão Inter-regional da Rede Casas do Conhecimento	48
2.1.1 Plataforma Web de Gestão da Rede Casas do Conhecimento	48
2.1.2 Sistema de Videoconferência e Transmissão de Imagens	49
2.2 Projeto Empreende Makers	49
2.3 Projeto InclusU: The European University for Inclusiveness	52
3. Exposições da Galeria do Paço em Parceria com a Casa do Conhecimento da UMinho.	54
3.1 Encontros da imagem: Génesis 2:1	54
3.2 Braga em Risco	55
3.3 O Direito Sobre Si Mesmo: 150 anos Da Abolição Da Escravatura No Império Português	55
3.4 Luz de Setembro - Tiago Madaleno	56
3.5 Seara Nova – 100 Anos de Ação e Pensamento Crítico"	56
Capítulo VI - Reflexões/Limitações	57
Conclusão	59
Fontes Impressas:	63
Bibliografia	63
Webgrafia:	67
Anexos	69

Lista de abreviaturas e siglas

CdC - Casa do Conhecimento

CRP - Constituição da República Portuguesa

DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

N.º - Número

ORSIES - Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior

RCdC - Rede Casas do Conhecimento

RIBAT - Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega

UM - Universidade do Minho

UMinho - Universidade do Minho

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice de tabelas

Tabela 1 - Informação sobre as sessões da Comunidade de Leitores	43
Tabela 2 - Informação sobre as sessões de Conversas na Casa	44
Tabela 3 - Informação sobre as sessões de Ribat-On	45
Tabela 4 - Informações sobre as sessões património com Alma	47
Tabela 5 - Atividades do projeto Empreende Makers	51

O Paço aberto à comunidade: A Casa do Conhecimento da Universidade do Minho como ponte de aproximação.

Introdução

O presente relatório de estágio visa adquirir o grau de Mestre em património cultural, atribuído pelo Departamento de História, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. No ano de 2016, ingressei na Licenciatura em História na Universidade do Minho, começando a minha primeira aventura, sozinha numa cidade nova e realidade desafiadora.

A escolha do curso passou pelo meu interesse, desde pequena, nas diversas peripécias que a História Mundial foi conhecendo ao longo dos séculos e pela importância da mesma enquanto Ciência Social no mundo. Após três anos de aquisição de conhecimento relativo a várias temáticas, compreendi que a vertente que mais me interessava relacionava-se com o património cultural e a forma como as suas vertentes têm perdurado pelos séculos, seja através do património imaterial, material, artístico ou até industrial.

A estima e preocupação com questões patrimoniais fizeram-me ingressar em 2019 o Mestrado em Património Cultural, na Universidade do Minho. O curso proporcionou um conhecimento holístico sobre as diversas realidades patrimoniais, sendo a comunicação cultural e salvaguarda do património as áreas que me despertaram maior interesse. Terminado o 1.º ano do Mestrado, e em plena incerteza com a pandemia COVID-19, decidi dedicar o ano letivo de 2020-2021 ao 1.º ano do Mestrado em Ciências da Comunicação, na vertente de investigação, antes de terminar o 2.º ano do Mestrado em Património. Esta escolha pareceu-me importante, até porque naquele momento não tinha em mente um objeto concreto que gostaria de estudar, e a pandemia do COVID-19 levou ao encerramento de portas de vários espaços culturais, assim pareceu-me uma decisão acertada aprender mais sobre a temática da comunicação e conseguir aplicá-la no património.

Terminada essa etapa, cheguei à conclusão que o património cultural tem a lucrar com as mais variadas áreas transversais que o rodeiam, e a aplicação da comunicação no nosso património deve ser um foco de qualquer gestor cultural. Neste sentido, tive oportunidade de conhecer o trabalho levado a cabo pela Casa do Conhecimento da Universidade do Minho (CdC UMinho), na altura recém unidade cultural que estava inserida no Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, hoje conhecido como Reitoria da UMinho. A proposta de olhar a salvaguarda e difusão patrimonial através do trabalho e diferentes

atividades da Rede Casas do Conhecimento (RCdC), e em especial da Casa do Conhecimento da UMinho inserida no Paço, pareceu-me uma forma perfeita de poder combinar a área do património cultural e a comunicação.

Trata-se assim de um trabalho transdisciplinar que procura focar diversos aspetos. No primeiro capítulo será realizado um enquadramento teórico do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, onde realizo uma pequena reflexão sobre a importância do património, da herança e da memória, assim como a evolução arquitetónica do espaço, com o legado dos diferentes arcebispos que passaram pela cidade de Braga. Viajarei pelas mudanças do Paço medieval, renascentista/moderno e barroco. Numa segunda fase, tentarei perceber o que aconteceu no Paço no final do século XVIII. Numa última fase, irei abordar as mudanças nos séculos XIX e XX, assim como a intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1930-1934 e consequente restauração do espaço em 1950.

O segundo capítulo será dedicado ao Paço após 1974, enquanto edifício-sede da UMinho. Aqui falarei da criação e instalação desta instituição e a relevância do envolvimento das universidades no espaço cívico, com especial atenção na temática da terceira missão da universidade. Irei apresentar iniciativas de envolvimento comunitário e perceber o esforço da salvaguarda do património no seio das instituições, através do papel do Conselho Cultural e identificar as unidades culturais da Universidade do Minho.

O terceiro capítulo do relatório estabelece os objetivos da investigação e apresenta a razão da metodologia adotada. Ao longo deste capítulo são apresentadas as diferentes etapas até à conclusão deste trabalho, com especial reflexão sobre o pré, o durante e o pós-estágio.

O quarto capítulo tratará da abertura do Paço à cidade através do envolvimento social da unidade cultural, a Casa do Conhecimento da UMinho. Neste tópico, irei estabelecer uma linha cronológica desde a criação das primeiras Casas do Conhecimento, no ano de 2004, até à criação da Rede Casas do Conhecimento e expansão inter-regional para o Alentejo.

O quinto capítulo apresenta um retrato sobre o trabalho de campo e a análise de dados. Assim irei apresentar as diferentes atividades que desenvolvemos na Casa do Conhecimento da UMinho, na Rede Casas do Conhecimento e em parceria com a Galeria do Paço. Por fim, irei abordar a participação em projetos financiados, em especial no projeto “e-civitas” e no projeto InclusU onde fui bolsista júnior de investigação.

O sexto capítulo mostrará as limitações e uma reflexão sobre o relatório, para se verificar se os objetivos propostos no início da investigação-ação foram concretizados, e procurar identificar o trabalho que ainda poderá ser realizado pela Casa do Conhecimento da UMinho e pela Rede.

Capítulo I: Enquadramento Teórico do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga: património, herança e memória.

1. Os Contratempos do Património

A cultura de paz e o respeito das diferenças obriga, no fundo, a compreender de maneira nova o Património Cultural como fator de aproximação, de compreensão e de diálogo.

Guilherme d'Oliveira Martins

Olhar o património e as suas especificidades é mergulhar no coração das diferentes culturas, conectar laços e compreender os diferentes desenrolares da História. É convergir na herança imaterial e material, simbolizada pelos costumes e tradições, monumentos e mentalidades. O património surge, assim, como um recurso democrático em prol da dignidade humana, da diversidade cultural e do desenvolvimento social.

Ao longo da História existiram momentos-chave onde o património foi discutido na tentativa de ser preservado, como nos explica Françoise Choay (2009), na obra “As Questões do património”. O Renascimento, no século XIV, caracterizou-se como a primeira revolução cultural europeia, um corte drástico com os pilares da Idade Média, e uma nova forma de olhar a importância e o poder do indivíduo, assim como a sua capacidade de emancipação e questionamento face à realidade vivida (Choay, 2011).

Já a segunda revolução cultural dá-se em Inglaterra no final do século XVIII, através da Revolução Industrial. Os avanços nos processos de manufatura provocaram um crescimento do êxodo rural, com a migração populacional para zonas urbanas, que resultou na transformação de mentalidades (Choay, 2011, p.26).

Os séculos foram passando e as questões patrimoniais ganharam maior importância no plano político e social. No ano de 1931 é redigida uma Carta, saída da Conferência de Atenas, que tinha como objetivo *...colocar o problema e fixar os seus diferentes aspetos* (Choay, 2011, p. 206), ou seja, incluir as questões patrimoniais no centro de diálogo. Os trabalhos saídos da Conferência de Atenas atestam a necessidade da conservação e da intervenção dos poderes públicos nos monumentos e obras de arte que possuem interesse para a população.

Em 1954, dá-se a Convenção Cultural Europeia, em Paris, no âmbito do Conselho da Europa, na qual, segundo Guilherme d'Oliveira, em “Património Cultural: realidade viva” foi estabelecida a *base*

constitucional de uma vida cultural aberta, livre e criativa centrada na promoção de ideais e princípios que correspondem a um património cultural comum (Martins, 2020, p.16). A importância da realização desta Convenção partiu da necessidade de se tomarem medidas para a salvaguarda e usufruto do património a uma escala europeia.

Decorridos trinta e três anos após a Conferência de Atenas, deu-se a Conferência de Veneza (1964), de onde saiu a respetiva Carta, na qual são estabelecidas novas categorias de bens a preservar, designadamente os centros históricos, património industrial, jardins históricos e paisagens culturais (Martins, 2020, p. 17). Também Choay, na sua obra faz referência às novas definições, métodos de conservação, restauro e escavações originadas pela Conferência de Veneza (Choay, 2009, p. 217).

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (UNESCO) realizou uma convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural, em Paris, na qual se reconheceu que o património cultural e natural era frequentemente ameaçado e destruído, sendo imperativo colocar um travão nessa situação. Ficam assim identificados os objetos considerados património cultural: os monumentos (*obras arquitetónicas, de escultura...*), os conjuntos (*construções isoladas, integradas na paisagem...*) e os lugares (*obras do homem...*) (Choay, 2009, p.222).

Assim, na perspectiva da UNESCO, a definição de património cultural, é a seguinte: *Cultural heritage includes artefacts, monuments, a group of buildings and sites, museums that have a diversity of values including symbolic, historic, artistic, aesthetic, ethnological or anthropological, scientific and social significance. It includes tangible heritage (movable, immobile and underwater), intangible cultural heritage (ICH) embedded into cultural, and natural heritage artefacts, sites or monuments. The definition excludes ICH related to other cultural domains such as festivals, celebration etc. It covers industrial heritage and cave paintings* (UNESCO, 2009).

Olhar historicamente o panorama nacional é perceber que os primeiros passos na criação de leis que salvaguardassem o património, foram dados pelo rei D. João V, “o Magnânimo” no século XVIII, pela influência gradual das ideias racionalistas do século das luzes. Através da lei do 20 de Agosto de 1721, ficaram estabelecidos os aspetos fundamentais da conservação do património, através da sua definição, desígnio de responsáveis pela sua conservação, criação de um orçamento e a instituição de leis contra a sua destruição (Ramos, 2005).

O objetivo da lei joanina foi proteger e salvaguardar o património cultural por ser uma *importante*

glória da nação portuguesa. Assim, criou-se uma tipologia de classificação que contemplava edifícios, estatuas, mármore, cipos, laminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos; para além da implementação de medidas de proteção impostas pelas câmaras das cidades e vilas, que estavam responsáveis por proteger o seu património local a partir da lei estabelecida. Foi criada e financiada a Academia Real da História com objetivo primordial de criar um inventário com todo o património de relevo e a respetiva conversação dos monumentos nacionais, com a possibilidade de adquirirem bens patrimoniais a particulares e o estabelecimento de penas para quem o deteriorasse (Prata, 2010).

No século XX foi escrito o Decreto de 24 de outubro de 1901, pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, que realizou a primeira classificação dos Monumentos Nacionais. Assim, este decreto apresenta as leis nacionais para identificação e proteção do património (Pinho, 2011).

Em 1910, com a implantação da 1.ª República Portuguesa, foi publicado o Decreto de 19 de novembro, que estaria relacionado com a salvaguarda do património, por causa da destruição do mesmo pela população. Assim *o Governo Provisório pretendia pôr cobro à delapidação secular e recorrente do Património Nacional, invocando como razão primacial a inexistência de inventário e a falta de formação estética das populações* e tendo como base a legislação e proteção do património espanhol, italiano e norte-americano. Posto isto, o decreto definiu os diferentes bens culturais que deviam ser protegidos. Seguidos deste documento, surgiram os decretos de 22 de novembro 1910 e 26 de maio de 1911, que têm na sua raiz acrescentos ao decreto-base de 19 de novembro (Pinho, 2011).

A Constituição de 1933, promulgada pelo Estado Novo, refletia uma política patrimonial de enaltecimento e exaltação da pátria portuguesa, um dos pilares do regime de Salazar. Desta forma, não só a proteção como a salvaguarda do património estavam no centro das preocupações do sistema político e social português, patente na variada legislação promulgada durante este período.

O 25 de abril de 1974 trouxe consigo o fim do regime do Estado Novo e uma nova constituição foi publicada no ano de 1976. A salvaguarda patrimonial continua presente na Constituição, como se observa no artigo 78.º *O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português*.

Em 1985, Portugal não só aderiu à Comunidade Económica Europeia como também subscreveu as *Convenções e Tratados internacionais do Património*. Este facto trouxe uma revisão da administração e das políticas culturais nacionais, com a expressão *bem cultural* a aparecer no decreto de lei n.º 13/85,

de 6 de julho, no artigo 1.º *O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.* Ficou assim definido através do artigo 2.º: *1 - É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural. 2 - Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.*

Já no século XXI a Constituição Portuguesa, no artigo 78º, n.º 1, defende que *todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar e valorizar o património cultural.* Assim, o papel do Estado, é colaborar com os agentes culturais, de modo a, *incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum, desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro e articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.* Em suma, a Constituição Portuguesa assume-se uma ferramenta importante de salvaguarda e valorização do património cultural português (República, 2021).

Em modo de conclusão, ao longo do século XX, deu-se um crescimento gradual de legislação base relacionada com a salvaguarda e valorização patrimonial no mundo, através da ratificação de cartas e documentos internacionais da UNESCO. Já no século XXI, a salvaguarda do património cultural apresenta-se como uma questão prioritária para os diferentes países europeus e a uma escala mundial, também graças à massificação do turismo. É prioritário proteger o património, seja ele material ou imaterial, antes de o comunicar e divulgar.

2. Estado da Arte e Fontes de Pesquisa sobre o Paço Arquiepiscopal de Braga

Olhar o centro histórico bracarense é reconhecer o antigo Paço Arquiepiscopal como um marco arquitetónico de Braga. Para os residentes locais, docentes, funcionários e alunos da Universidade do Minho, trata-se da Reitoria da Universidade, um dos espaços primordiais da Academia minhota, que conta com a realização de cerimónias emblemáticas, como as serenatas à cidade, onde as capas negras

dos estudantes universitários enchem o Largo do Paço para ouvirem o grupo de fados e comemorarem o fim do académico. Os visitantes e turistas que chegam diariamente à cidade de Braga, provenientes de todos os cantos do mundo, olham o Paço como um marco do turismo da cidade. Os primeiros aspetos que lhes saltam à vista são o chafariz na Rua do Souto, e o Jardim de Santa Bárbara, junto à ala medieval do Paço.

Existem vários textos relacionados com o Paço Arqueiepiscopal de Braga, até pela quantidade de bibliografia existente sobre a Sé de Braga, razão da edificação do objeto em estudo. Para além disso é possível encontrar uma série de obras apenas direcionadas para o estudo da evolução arquitetónica do Paço.

As quatro obras que serviram de apoio ao primeiro capítulo do trabalho são as seguintes: *O antigo Paço Arqueiepiscopal de Braga* (2011) da arqueóloga Maria do Carmo Ribeiro, um livro com trinta e nove páginas, que procura mostrar as alterações do Paço ao longo dos séculos, sendo a primeira obra de estudo do tópico.

A segunda obra intitula-se «*O Paço*»: *Os paços arcebispos de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*, da Historiadora Paula Bessa (2013), que propõe uma reflexão sobre a evolução histórica e arquitetónica do Paço, num artigo, com de oitenta e nove páginas, onde descreve, pela primeira vez, todos os espaços e identifica os Arcebispos que fizeram parte da construção.

A terceira obra *Abrir “o Paço” à cidade* (2019), da arquiteta Maria Manuel Oliveira, resulta do projeto de requalificação da sede da Universidade do Minho, proposta pela Reitoria da Universidade à Escola de Arquitetura, traçando uma perspetiva urbanística do espaço.

A última obra-base a referir resulta de um estudo profundo da configuração do espaço, *O Antigo Paço dos arcebispos de Braga* (2021), da arqueóloga Manuela Martins, do arquiteto-arqueólogo Ricardo Mar e da arqueóloga Maria do Carmo Ribeiro. A obra aborda os antecedentes fundacionais do espaço, estabelecendo uma viagem temporal que abrange o Paço medieval, Paço renascentista, Paço barroco e as intervenções do século XX. A obra termina com uma reflexão sobre os desafios que se colocam ao edifício.

Após leitura das obras referenciadas, é possível concluir que o Paço não se apresenta como uma construção singular, criada e datada num curto espaço do tempo na História, pelo contrário,

representa um conjunto de obras com estilos arquitetónicos distintos, que se foram anexando uns aos outros entre os séculos XIV e XVIII, com configuração atual definida entre 1930 e 1950, graças aos trabalhos de restauro promovidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Arquitetonicamente falando, o Paço é composto por três conjuntos de construções: o Paço tardo-medieval, com a torre de D. Gonçalo Pereira e acrescentos dos séculos XIV/XV; o Paço renascentista do século XVI, que é reconhecido pela praça do Largo do Paço com acrescentos a mando de D. Rodrigo de Moura Teles no século XVIII; e por fim, o Paço barroco de D. José de Bragança, do século XVIII.

Podemos encontrar no centro histórico de Braga o Antigo Paço Arquiepiscopal, que se apresenta como um edifício histórico imponente, junto à Sé, ou Catedral, sendo um dos espaços mais antigos e emblemáticos da cidade. Apesar de não existirem fontes primárias que permitam datar o começo da construção do Paço, existem fontes textuais, que podem ser encontradas no Arquivo Distrital de Braga e na Biblioteca Pública, que estão num processo de transcrição, assim como fontes iconográficas que apresentam as primeiras referências da existência de um edifício.

As três fontes iconográficas importantes a citar são, em primeiro lugar, o mapa *Nova Bracarae Auguste descriptio* (Anexo 1) (Braun&Hogenberg, 1598) que se integra no famoso volume V (1594) da obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Braun e Hogenberg, criado entre os anos de 1572 e 1617. A gravura original da cidade mostra os edifícios localizados no interior e exterior da antiga muralha romana e apresenta o Paço, perto da Sé de Braga, que está localizada no meio das muralhas (Bandeira, 2000, p. 31).

A segunda fonte iconográfica a referenciar é o *Mappa de Braga Primas*, de André Soares (1756), datado de 1756 (Bandeira & Moreira 2019). O mapa elaborado pelo famoso arquiteto bracarense oferece uma maior informação sobre a cidade no século XVIII, para além das muralhas do centro histórico (Anexo 2).

A terceira fonte iconográfica a referenciar é o *Mapa das Ruas de Braga*, (Anexo 3) (Braga, 1989/91) que nos apresenta a fachada do Paço. Trata-se de uma obra pedida ao Cabido bracarense por D. João V, composta por catorze livros, que conta com a representação das diferentes ruas da cidade. Encontramos o Antigo Paço Arquiepiscopal, através de representações da fachada nos meados do século XVIII (Vasconcelos, 1988, p. 95).

No segundo capítulo deste relatório, procuro encontrar informações sobre o Paço enquanto edifício-sede da Universidade do Minho. A obra de referência intitula-se *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014* de Fátima Moura Ferreira, Henrique Barreto Nunes, Márcia Oliveira, Maria Manuel Oliveira e Rita Ribeiro. Através deste livro, é possível compreender as diferentes fases da criação da instituição de ensino superior no ano de 1973, assim como os diferentes desenvolvimentos da UMinho até 2014. Trata-se da obra-base para o estudo do tema.

3. Contextualização Histórica dos Antecedentes do Paço Arquiepiscopal

A criação do Paço Arquiepiscopal surgiu como uma necessidade face à existência da Catedral de Braga, e para compreendermos o seu contexto voltamos à Idade Média, com a fundação do Condado Portucalense pelos condes D. Henrique e D. Teresa.

Com as investidas almorávidas a aproximarem-se de Portucale, D. Afonso VI, Rei de Leão e Castela, achou prudente substituir D. Raimundo, marido da sua filha mais velha, D. Urraca, por D. Henrique, marido de sua filha, D. Teresa, de forma a conseguir controlar e não perder território. Segundo as *Crónicas de Sahagún*, o conde Henrique lutou nobremente contra os mouros, e em retorno D. Afonso VI não só o armou cavaleiro, como lhe concedeu a mão da sua filha mais nova em casamento, ficando responsável por Coimbra e outras províncias em Portucale (Mattoso, 1997, p. 32).

No ano de 1096, D. Henrique assumiu responsabilidades sobre o Condado Portucalense, tendo concedido o foral à cidade de Guimarães pouco depois de ser nomeado, e aí se instalou a nobreza portuguesa, uma vez que na cidade estava localizada a antiga sede do conde Nuno Mendes, da qual D. Henrique recebeu parte dos antigos domínios (Mattoso, 1997, p.33).

A cidade de Braga recebeu dos condes portugueses uma série de benefícios. O bispo D. Pedro I (1071-1091) foi responsável por restabelecer a Diocese de Braga, e no ano de 1089 foi sagrado o altar-mor, que deu origem à Catedral de Braga. Para além disso, o Bispo criou a primeira Escola Capitular da cidade, onde era formado o clero, e procedeu à fundação e reorganização da divisão administrativa do Cabido bracarense (Costa, 1997, p. 42).

A morte de D. Pedro I trouxe a nomeação do monge Geraldo (1099-1108) como Bispo da cidade. Proveniente de Toledo, trouxe a abadia cluniacense de Moissac como auxílio na governação da Diocese. Geraldo de Braga, como ficou apelidado e posteriormente santificado, desenvolveu uma intensa atividade

de reforma eclesiástica, moral e administrativa, conseguindo através das suas intervenções eliminar os focos de resistência anti-romana.

Ficou conhecido como um bispo ativo, tendo visitado o Papa Pascoal II, em Roma, por duas vezes. Na primeira visita, decorria o ano de 1100, conseguiu o estatuto de metrópole para a Sé de Braga. Três anos depois, conseguiu como dioceses subordinadas a Astorga, Orense, Tui, Mondeñedo da Galiza, no Porto, Coimbra, Lamego e Viseu, o que estimulou a riqueza e concedeu importância substancial à diocese de Braga (Mattoso, 1997, p. 37).

Em dezembro de 1109, D. Henrique concedeu Carta de Couto à Sé de Braga, que fora anulada devido a um assalto organizado à Sé, levado a cabo pelos maiorinos de D. Teresa, que causaram danos significativos no projeto iniciado pelo Bispo Pedro I. Não obstante, a Carta de Couto foi reformulada pelo Conde Henrique em 1112, reconhecendo não só jurisdição civil ao Couto de Braga, como imunidade civil às principais instituições eclesiásticas (p. 40). Anos passados, em 1128, D. Afonso Henriques confirmou a Carta de Couto de Braga, concedendo à cidade privilégios e o direito a cunhar moeda (Barroca, 2017).

4. Evolução Arquitetónica do Paço Arquiepiscopal de Braga

O Paço, ou “Paços” como se refere Paula Bessa (2013), não se trata de um conjunto único realizado num curto espaço de tempo, mas resulta de uma série de intervenções que, séculos após séculos, procuraram deixar um pouco da sua marca na sua história. Atualmente, olhando o Paço, é possível dividi-lo em três partes: o corpo medieval (a Norte), o corpo moderno (a Sul - século XVI, XVII, XVIII) e o corpo barroco (a Poente - XVIII), também conhecido como Paço de D. José de Bragança (Anexo 4) (Ribeiro, 2011).

Ao longo da Idade Média, a cidade de Braga ganhou uma relevância substancial, e a partir de 1332, a mando de D. Gonçalo Pereira (1326-1348), Bispo ordenado no reinado de D. Afonso IV - o Bravo, deu-se o avanço da muralha da cidade para Norte, numa tentativa expansionista de ampliar a corte arcebispal e reforçar o poder senhorial. É dentro desta linha de pensamento que surge assim a necessidade de criar um novo palácio, hoje conhecido como o Paço dos Arcebispos de Braga, uma vez que o clérigo e arcebispado viveram até ao século XIV em edifícios anexos à Catedral, que se revelaram insuficientes (Martins et al., 2021).

O Paço Arcebispal era uma casa-torre, batizado com o brasão do arcebispo na ala medieval. (Anexo 5) Ficou localizado numa zona privilegiada do plano urbanístico da cidade tardo-medieval, próximo geograficamente da Catedral, no interior da muralha da cidade. Arquitetonicamente, impôs-se pelo seu carácter defensivo e como uma afirmação do poder de D. Gonçalo Pereira (Ribeiro, 2017).

Esta tipologia de criação de casas-torre surge com grande força a partir do século XII, por se apresentarem como residências fortificadas, que não só possuem um papel de defesa das terras, como de reivindicação senhorial (Martins et al., 2021).

4.1 O Paço Medieval

4.1.1 As Obras de D. Gonçalo Pereira

A análise do Paço Medieval será dividida em três fases: a primeira referente ao Paço primitivo de D. Gonçalo Pereira; a segunda fase fornecerá informações sobre as alterações ao longo do século XIV, levadas a cabo por D. Fernando Guerra; por fim, analisaremos o Paço medieval no final da Idade Média.

As fontes históricas sobre a criação do Paço são muito escassas, não obstante existe registo da construção de uma *domus fortis*, uma residência senhorial que possuía um *torreão elevado* que corresponde à torre medieval do Paço (Anexo 6), mandado construir por D. Gonçalo Pereira. (Bessa, 2013) Através da investigação de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro (2021, p. 30) é possível identificar um Paço medieval primitivo que, para além do torreão, possui dois anexos, nascente e poente, (Anexo 7) que alargam os compartimentos do palácio.

O torreão medieval possuía três pisos, com acesso através de escadas amovíveis de madeira, que em caso de conflito poderiam ser desmontadas facilmente. Como se tratava da residência oficial do arcebispo de Braga, a organização dos pisos estava relacionada com uma ordem de privacidade. Desta forma, as áreas públicas com maior acesso estavam localizadas no primeiro piso, e os aposentos seriam no piso superior (Martins, 2021, p. 35).

Durante o arcebispado de D. Gonçalo Pereira, existiu alguma instabilidade política no reino de Portugal. Na segunda metade do século XIV, a cidade de Braga foi cercada, em 1369, na guerra entre D. Fernando I e D. Henrique II de Castela, que acabou por causar destruição na cidade, o que levou ao posterior melhoramento do castelo e das muralhas em 1375 (Marques, 1986).

O reino ficou bastante abalado com as guerras fernandinas, e na cidade de Braga, em 1380, era possível encontrar várias casas destruídas no exterior das muralhas. O próprio Paço arcebispal sofreu destruição com a guerra. As fontes históricas atestam que, num primeiro momento, D. Martinho Afonso (1360-1416), Arcebispo de Braga, pediu ao clero um subsídio que tinha como objetivo ajudar na reconstrução do Paço (Costa, 1993, p. 42), e, mais tarde, o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca (1398-1416) pediu pedra não só para o Castelo, mas também para o Paço.

4.1.2 As Obras de G. Fernando da Guerra

A 2.^a fase de evolução do Paço Medieval desenrola-se graças ao trabalho do arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467). Não só restaurou parte do Paço de D. Gonçalo Pereira que se havia danificado nas guerras fernandinas, como também reformulou o *domus fortis*, isto é, a casa-torre ou torreão, criando uma nova torre lateral junto à existente, e procedeu à ampliação dos espaços privados que estavam reservados ao Prelado (Martins et al., 2021).

Em 1439, foi reportado um conflito entre o Arcebispo e o rei D. João I, onde citam “os paços”, no plural, sugerindo que as modificações criaram um conjunto de edifícios em comparação com o primitivo de D. Gonçalo Pereira (Anexo 8).

O Paço Arcebispal, ao longo da Idade Média, ganhou uma relevância significativa. No final da Idade Média, concentrava não só funções representativas, como administrativas e judiciais. De uma simples residência, havia-se transformado num organismo completo, uma régia. No que diz respeito ao Paço pós D. Fernando da Guerra (1416-1467), não existe grande bibliografia, sendo que o Paço posterior conhecido é o de D. Diogo de Sousa (1505-1532), que nos remete ao Paço Renascentista (Bessa, 2013).

4.2 O Paço Renascentista

Não só as reformas setecentistas como o restauro do Paço nos anos 30 e 40 do século XX dificultam a perceção do início do Paço renascentista. Apesar disso, o Mapa de Braunio (1594) é um documento que descreve os feitos notáveis do Arcebispo D. Diogo de Sousa e que nos permite compreender a evolução e transformações do Paço do período tardo-medieval até ao palácio renascentista (Anselmo, 1989).

4.2.1 As Obras de D. Diogo de Sousa (1505-1532)

O Arcebispo D. Diogo de Sousa (1461-1532) teve um papel preponderante no Paço renascentista, sendo considerado o novo fundador da cidade de Braga e uma figura nacional de destaque do Renascimento português. Em 1493 e 1505, teve oportunidade de visitar Itália e a cidade de Roma, tendo sido nomeado bispo da cidade do Porto em 1495 (Martins et al., 2021).

Foi Arcebispo de Braga entre 1505 e 1532, e procurou aproveitar influências italianas, e em especial do renascimento italiano, e trazer um pouco dessa inspiração para a cidade de Braga, com a elaboração de um projeto urbanístico moderno, com a ordenação das ruas e a abertura de novos arruamentos. A própria Catedral, carregada de características românicas, recebeu uma nova capela-mor, a mando do arcebispo (Martins et al., 2021).

Também o Paço Arquiepiscopal foi palco de trabalhos de modernização promovidos pelo arcebispo, como podemos verificar através do *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, um documento do Cónego Tristão Luiz, transcrito e publicado por Avelino Jesus da Costa (1990), disponível no Arquivo Distrital de Braga. É possível perceber que a rua de Souto sofreu várias modificações. O arcebispo mandou construir um novo edifício no Paço, com dois pisos, que corresponde à atual ala Norte (anexo 9), com a fachada virada à rua de Souto. (Ferreira, 1928-1934, II) Foi criado um novo chafariz e uma escadaria em estilo manuelino simples, e no 1.º piso era possível aceder à “sala velha grande”, como apresenta o Memorial um espaço destinado às funções administrativas e judiciais. Por fim, encontramos também um jardim, dividido em quatro partes, como se pode observar no Mapa de Braunio (Anexo 1) (Bessa, 2013).

Como tive oportunidade de abordar no início deste ponto, não existem muitos dados textuais e iconográficos que permitam entender a evolução do Paço de D. Diogo de Sousa. Não obstante, conseguimos entender que as modificações realizadas tiveram como objetivo potenciar o poder do arcebispo, com base nos ares renascentistas europeus que se viviam nesse tempo.

4.2.2 As Obras de D. Manuel de Sousa (1545-1549)

O arcebispo D. Manuel de Sousa mandou construir uma nova ala no Paço: a nascente, onde anteriormente existiam casas. A fonte que nos comprova esse facto é o seu brasão de armas na porta da fachada, (Anexo 10) com a seguinte inscrição *Para engrandecer a cidade e se saber o lugar certo*

onde hão-de ir buscar o tribunal da justiça, que antes era incerto, mandou o grande Prelado, pai e Senhor desta cidade, D. Manuel de Souza, levantar este edificio (Cunha, 1989). Assim, neste espaço, ficou a Casa do Auditório e o Tribunal da Relação. (Vasconcelos, 1992). Por fim, segundo o arcebispo D. Rodrigo de Cunha (1989), D. Manuel de Sousa mandou construir uma capela de invocação a Nossa Senhora da Nazaré, na horta do Paço, para uso exclusivo dos arcebispos, fechado à população.

4.2.3 As Obras de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609)

O arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) teve um papel importante na reformulação da ala poente do Paço, que fora criada por D. Diogo de Sousa (1505-1532). Na fachada nascente, virada para a praça da Rua do Souto, é possível encontrar a pedra de armas do arcebispo (Anexo 11).

A reformulação da ala poente do Paço ficou ao encargo do arquiteto Manuel Luís, que acrescentou um novo elemento à composição da fachada: um pórtico de treze colunas, debaixo do seu brasão de armas. (Anexo 12) Este espaço privilegiava o comércio e a indústria do livro. O piso nobre possuía a biblioteca privada do arcebispo, assim como alguns serviços abertos à comunidade (Oliveira, 2013).

Por fim, é importante abordar a abertura de um campo existente a poente do Paço, que outrora era utilizado como quinta e horta do Paço. O Mapa de Braunio (Anexo 1) representa e demonstra a amplitude do espaço, onde se realizavam jogos equestres (Martins et al., 2021).

4.3 O Paço Barroco

4.3.1 As Obras de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728)

A Europa no século XVII foi fortemente marcada por mudanças no pensamento e pelo nascimento da cultura moderna, contrária à cultura humanista do Renascimento, impulsionada por acontecimentos como o Concílio de Trento, a Contrarreforma face à nova vaga de pensamento de Martinho Lutero, Erasmo de Roterdão, Copérnico, Hobbes, Descartes e outros mais. *Já não existiam certezas religiosas, nem a Terra era mais o centro do universo* (Martins et. al, 2021, p. 66).

O urbanismo e a arquitetura foram estimulados pelo pensamento científico moderno. Desta forma, também o Paço Arcebispal sofreu modificações. O arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) redesenhou a organização da cidade de Braga, ao estilo barroco, de forma a controlar o seu

crescimento. Assim, procedeu à reforma de campos e rossios junto da muralha e traçou novas avenidas. Também o conhecido escadório do Bom Jesus do Monte foi criado pelo arcebispo (Boas, 2021).

Com as obras do arcebispo D. Rodrigo, foi possível dar-se o fortalecimento do Largo do Paço, enquanto espaço simbólico da cidade. Na obra *Abrir o Paço à Cidade* (Martins et. al, 2021, p. 71) os autores realizam uma comparação do Paço, através do Mapa de Braunio datado de 1594 (Anexo 1), e o Mapa de Braga Primas datado de 1756 (Anexo 2), que permite contextualizar as mudanças arquitetónicas e de pensamento dos diferentes tempos. Um bom exemplo da mudança de paradigma é o pátio interior do Paço na ala norte, que no Mapa de Braunio está fechado ao exterior, como era habitual nos palácios renascentistas, e com as influências barrocas abre-se e é projetado para uma praça-vestíbulo, aberta à cidade.

O arcebispo começou por reconstruir a capela palatina dedicada a Nossa Senhora da Conceição, cujo acesso tornou-se público na arcada da ala poente da praça do Largo do Paço, além de melhorar os aposentos do arcebispo e construir um novo edifício onde foi possível instalar a Casa do Provisor (Vasconcelos, 1992). As duas laterais do Largo do Paço tiveram a mesma extensão de espaço, criando simetria, e, por fim, foi reconstruído o Chafariz dos Castelos, que havia sido criado por D. Diogo de Sousa (Anexo 13). No Chafariz é possível encontrar a data de 1726, seguido de “ROD” (Anexo 14). Por fim, foi revitalizado o jardim, anexo ao Jardim de Santa Bárbara, próximo da zona medieval.

Na entrada da ala norte do Paço de D. Rodrigo de Moura Teles é possível encontrar o brasão de armas do arcebispo (Anexo 15) que conta com a inscrição na porta de entrada *Ó Casa Antiga que serás dominada por tão diferente senhor*. Ao transpor a porta, encontramos a escadaria de acesso ao piso nobre (Anexo 16). Tanto a porta de entrada como o primeiro lanço de escadas possuem a data de 1709, como marco temporal da criação arquitetónica. Os azulejos presentes na escadaria (anexo 16) representam o Sínodo Diocesano de 1713, convocado pelo arcebispo, onde foi decidido o traje do clero, o cartório dos Livros Findos das Igrejas. As escadarias terminam na “Sala Grande” (Anexo 17), ou Salão Nobre, como é atualmente apelidado. Na porta do Salão Nobre, encontramos novamente o brasão de armas do arcebispo (Anexo 18) (Rocha, 1996).

No século XVI, o arcebispo D. Manuel de Sousa (1545-1549) construiu a zona norte da ala nascente do Largo do Paço, onde se havia instalado o Tribunal de Relação, mas foi o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que juntou, as diferentes partes, do Paço, tornando-o em forma de U como

conhecemos na atualidade, graças à criação de um novo edifício que prolongou a ala nascente até à rua do Souto, ficando os eixos do edifício frente-a-frente com a ala poente. O edifício com dois pisos passou a albergar a Casa do Provisor, e era composta por uma porta central rodeada por duas janelas (Anexo 19).

Nos dois edifícios da ala nascente, o primeiro de D. Manuel de Sousa, e o segundo de D. Rodrigo de Moura Teles, estavam assim instalados serviços burocráticos da Mitra, como o Tribunal Eclesiástico, os escritórios do Desembargador e do Procurador-Geral e a habitação de bispos auxiliares (Martins et. al, 2021).

O arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus teve um papel importante na ala poente, como vimos no ponto 4.2.3 deste primeiro capítulo, que possui o seu brasão de armas na fachada virada ao Largo do Paço (Anexo 11). No piso superior da ala poente, é possível encontrar a Galeria Moura Teles (Anexo 17) com o teto de madeira pintado com representações das armas do arcebispo e motivos comuns de setecentos.

4.3.2 As Obras de D. José de Bragança (1741-1756)

Em 1728, o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles faleceu, e deixou consigo um legado importante do barroco na cidade de Braga. Teve um papel fundamental no Campo Novo, assim como no Bom Jesus do Monte, uma das atrações mais conhecidas da cidade de Braga, que foram terminadas pelo seu sucessor, o arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), que teve nomeação em 1739, e tomada de posse em 1741 (Vasconcelos, 1997).

O arcebispo D. José procedeu assim à ampliação do Paço Arcebispal, como podemos perceber a partir do seu brasão (Anexo 20), com um novo palácio com fachada virada para a nova praça, do Campo dos Touros, em frente à Câmara da cidade (Anexo 21).

O arquiteto André Soares (1720-1769) desempenhou um papel predominante na arquitetura barroca de D. José, tendo deixado um legado enorme na cidade de Braga. Projetou o novo edifício entre os anos de 1743 e 1744. No ano de 1747, as obras foram interrompidas, uma vez que D. José ausentou-se de Braga, tendo sido retomados trabalhos em 1750, até 1751 (Oliveira, 2011).

A grande razão por detrás da criação deste espaço no Paço foi, para além de eternizar o nome do arcebispo na História, de ampliar as instalações residenciais reservados ao clérigo, uma vez que

ocupavam de forma redobrada a zona medieval e moderna do edifício. O arquiteto André Soares seguiu os padrões aristocráticos do século XVIII, com a criação de salões iluminados e abertos ao exterior, assim como a remodelação da capela palatina criada por D. Rodrigo de Moura Teles. O Paço torna-se assim um espaço com importância redobrada no século XVIII: *Estava em causa a criação de um novo centro político, que claramente se afastava da Sé e sublinhava a supremacia do arcebispo sobre o poder civil* (Martins, et. al, 2021, p. 96).

Arquitetonicamente, não existe muita informação sobre esta 1.^a fase do palácio de D. José, uma vez que no ano de 1866 deu-se um incêndio que consumiu a parte norte, ficando apenas preservada a parte central e sul, onde se inseria a capela palatina, que acabou ilesa deste episódio. Não obstante, foi demolida em 1921 graças às obras de restauro realizadas no Paço. (E. P. Oliveira, 2011) Uma das únicas fontes que retrata o interior do Paço de D. José é do ano de 1756, onde está referida a existência de *quatro quartos e seis salas, bem como outros compartimentos, desconhecendo-se contudo, as respetivas dimensões, bem como a sua disposição exata* (Vasconcelos, 1997, p. 69).

O arcebispo D. José de Bragança faleceu a 3 de julho de 1756, e quem lhe sucedeu foi D. Gaspar de Bragança, irmão do rei D. José, em outubro de 1759.

4.4 O Paço no Final do Século XVIII

Logo após a tomada de posse de D. Gaspar de Bragança (1758-1789) como arcebispo de Braga, o arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785) fez uma avaliação do Paço, de forma a compreender os possíveis danos causados pelo terramoto de Lisboa de 1755 no edifício. O arquiteto apontou como necessárias obras de restauro na parte frontal do Paço e telhado, assim como abertura de uma ligação entre o pátio interior do Paço, em relação ao Campo dos Touros, para que passassem carruagens (Oliveira, 2011).

Apesar deste registo, não existe nenhum documento oficial que testemunhe obras a mando do arcebispo D. Gaspar de Bragança no Paço. Desta forma, a utilização do Paço pelo arcebispo foi feita em linha de continuação do que já era realizado: o corpo norte assegurava funções de representação dos nobres, no corpo poente encontrava-se a biblioteca e no corpo nascente estavam diversos serviços, como o Tribunal e a Casa do Provisor. Já na ala medieval era possível encontrar a habitação dos serviçais, responsáveis pelo dia-a-dia do Paço.

Com a morte de D. Gaspar de Bragança, foi D. Frei Caetano Brandão (1790-1805) a assumir o papel de arcebispo. Em 1790, foi promulgada a Carta de Lei de 19 de julho, que extinguiu o Senhorio de Braga, assim como todos os seus coutos, isto é, o couto outorgado por D. Henrique e D. Teresa, posteriormente confirmado por D. Afonso Henriques, em 1128. (Martins, et. al, 2021) O arcebispo ficou, então, sem quaisquer regalias, e começou assim o declínio da utilização do Paço Arcebispal, ficando aos poucos desocupado.

4.5 O Paço nos Séculos XIX e XX

O Paço arcebispal continuou a ser residência dos arcebispos e do clero bracarense ao longo do século XIX, mesmo após a Carta de Lei, que acabou por lhes cortar os benefícios. Na época da morte de D. Frei Miguel de Madre de Deus da Cruz (1815-1827), arcebispo de Braga, viviam-se períodos de instabilidade política e social na Europa e, para além de problemas com a sucessão do Rei D. João VI, as disputas entre liberais e absolutistas, que duraram até 1834 (Vasconcelos, 1997).

O Paço passou assim a ser ocupado só de 1 de novembro de 1832 a 1 de junho de 1833 pela família real portuguesa, composta pelo rei D. Miguel e pelas suas irmãs. O ano de 1834 trouxe a vitória dos liberais e o declínio do poder religioso no país. Também o Paço sofreu mudanças. A ala norte do Paço, referente à biblioteca construída por D. José de Bragança, foi retirada aos arcebispos e nela foram instalados o Governo Civil e a Prefeitura do Minho (Feio, 1920).

Na ala norte estavam as repartições da Fazenda Distrital e Concelhia, o Cofre Central do Distrito de Braga, a Delegação do Tesouro, os Correios e a Estação Telegráfica. No ano de 1866, deu-se um grande incêndio nesta ala. As fontes históricas aludem à “confusão” e “acumulação de serviços” que existiam no Paço durante esta época. O Paço barroco ficou destruído, e só em 1930 começaram as suas obras de restauro (Feio, 1984).

No ano de 1910 deu-se a implantação da República e a consequente Lei da Separação do Estado das igrejas, que conduziu não só ao fim do uso do Paço pelo arcebispo e pelo clérigo bracarense, como à nacionalização do espaço, fazendo com que os serviços públicos que já existiam, assim como novos se instalassem no edifício. Com a passagem de anos, os militares foram ocupando as diferentes alas do Paço, mas também se encontram relatos da instalação dos Bombeiros Voluntários em 1914, ou do arrendamento público de lojas ou quartos no edifício (Costa, 1996).

Em 1918, o agora “antigo Paço arcebispal” foi cedido ao Museu D. Diogo de Sousa, que havia sido criado no mesmo ano. Nele foram instalados a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga, que incorporou documentos do Arquivo da Sé e do Cartório da Mitra. O espaço na ala de D. José de Bragança era reduzido para a quantidade de informação que albergava, e por isso, em 1930, realizaram-se obras de restauro, que o tornaram no espaço interior que conhecemos hoje (Oliveira, 2013).

4.6 Da Intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1930-1934 ao Restauro até 1950.

Em 1920, foi elaborado um projeto para adaptar a ala barroca, criada por D. José de Bragança, a Biblioteca e Arquivo. Apesar dos esforços, o financiamento para o mesmo só chegou em 1930, graças à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Foi possível criar um repositório de informações sobre a cidade e o Paço (Neto, 2011).

Em 1866 deu-se um grande incêndio no Paço de D. José de Bragança e, com as obras de requalificação entre 1930 e 1934, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais teve a liberdade de criar de raiz o interior da Biblioteca Pública (Anexo 22) e do Arquivo Distrital (Anexo 23) como assim entendesse, uma vez que apenas as paredes exteriores do edifício estavam intactas. O Paço barroco foi encurtado em relação ao verdadeiro, com uma diminuição volumétrica no corpo norte. As obras de reabilitação foram delegadas a Alberto Feio, antigo Diretor do Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga.

O Paço barroco não foi o único a sofrer obras de requalificação por parte do DGEMN. As zonas central e nascente, que estão de frente para a Rua de Souto, correspondentes ao Paço moderno, viram mudanças, mas não com tanta intensidade como a ala barroca de D. José de Bragança, por nela funcionarem serviços administrativos, como o Tribunal Judicial, e o Museu D. Diogo (Martins, et. al, 2021).

O restauro do corpo medieval deu-se entre 1934 e 1950, pelo arquiteto Manuel Lima Fernandes de Sá. Este espaço não estava pré-definido para alguma utilização particular, então o arquiteto conseguiu valorizar as fachadas originais da torre primitiva de D. Gonçalo Pereira e as características tardo-góticas existentes (Oliveira, 2019.)

Capítulo II: O Paço Enquanto Edifício-Sede da Universidade do Minho.

1. A Criação e Instalação da Universidade do Minho no Antigo Paço Arcebispal.

O Paço continuou a ser utilizado para serviços públicos e pelo Museu D. Diogo de Sousa até ao ano de 1973. O Estado cedeu o espaço à Universidade do Minho, que havia sido recentemente criada, e aqui continuava a funcionar a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga na ala barroca e medieval de D. José de Bragança, com exceção do Salão Medieval. A integração da Biblioteca e do Arquivo só foi concretizada em 1976.

A tomada de posse do primeiro Reitor da Universidade e dos membros da Comissão Instaladora deu-se a 17 de fevereiro de 1974 no Salão Nobre, e o Paço começou a funcionar como espaço primordial da instituição (Martins et. al, 2021). Na altura da instalação, o Paço moderno encontrava-se ainda ocupado por instituições públicas, e necessitava de obras de adaptação para os diferentes serviços necessários à Reitoria. Nos espaços livres do Paço barroco ficaram instalados os Serviços de Documentação, que utilizavam o salão medieval superior. Com esta alteração, o Museu D. Diogo de Sousa, o Museu Etnográfico e o Instituto Minhoto de Estudos Regionais ficaram sem espaço para as suas coleções (Oliveira, 2014).

No ano de 1975 as obras no Paço estavam concluídas, e reunidas as condições para instalar a Reitoria na ala norte, assim como os serviços indispensáveis ao seu funcionamento na ala nascente. Num primeiro momento, o edifício serviu de salas de aulas no primeiro ano letivo da instituição, no ano de 1975/76. Numa segunda fase, foi criado o primeiro complexo pedagógico, sala de computação, secção de biblioteca e um Laboratório de Línguas, na rua D. Pedro V, uma vez que as instalações do Paço eram insuficientes para todos os serviços (Oliveira, 2014).

Para além das instalações na cidade de Braga, também na cidade de Guimarães foi criado um polo académico, instalado no Palácio de Vila Flor, funcionou até novembro de 1990. Foram realizadas obras de adaptação e de construção de um pavilhão tecnológico, posteriormente, foi concluído no atual campus de Azurém (Nunes et. al, 2014).

No Largo do Paço ficaram apenas serviços administrativos da Reitoria e o Salão Medieval ficou destinado aos momentos mais solenes da Instituição. O Paço voltou a tornar-se num palco cultural e com relevância no envolvimento com a cidade de Braga e todos os seus visitantes. No Salão Medieval

existiam exposições, conferências, concertos em vários momentos do ano, abertos à comunidade e com o intuito de enriquecer quem visitava o espaço.

O Paço tornou-se então num edifício aberto à troca e aquisição de conhecimentos e do envolvimento com a cidade, também através do trabalho das suas primeiras unidades culturais, a Biblioteca e o Arquivo. Em 1976, a Universidade do Minho sentiu necessidade de intervir no salvamento das ruínas romanas de Bracara Augusta, surgindo então a Unidade de Arqueologia. A Instituição recebeu um legado de Nogueira da Silva, que incluiu um imóvel e o espólio artístico do empresário, que se veio a tornar num museu.

Nos dias de hoje, o edifício abre-se à cidade não só com a Galeria do Paço, aberta todo o ano com exposições, mas também com uma loja que pretende dar a conhecer mais sobre a Instituição e as unidades culturais que alberga. Deu-se a instalação da Unidade Cultural Casa do Conhecimento da Universidade do Minho, inserida na Rede Casas do Conhecimento em 2021, no Paço que faz a ponte com os diversos públicos através dos seus eventos e interação direta com diversas Câmaras do Alto Minho, e no Salão da Casa do Conhecimento, no 1.º piso da ala nascente, é possível assistir-se a diversos eventos, como palestras, conversas, *workshops*, ou até aulas abertas.

Todos os intervenientes têm um papel importante e ativo na abertura do Paço à cidade de Braga, mas também ao resto do país e ao mundo. O turismo não lhe é indiferente, e todos os dias são muitos os que param, analisam e fotografam o Paço, ou diferentes “Paços” que se foram construindo ao longo dos séculos pelos diferentes arcebispos da cidade.

2. A Relevância do Envolvimento das Instituições de Ensino Superior no Espaço Cívico.

A questão do envolvimento das instituições de ensino superior na comunidade tem vindo a ganhar uma importância crescente ao longo dos últimos anos, não só com a pesquisa, mas através da implementação de estratégias que combinam a aprendizagem e interação que beneficiam os alunos, professores, funcionários, a universidade e a comunidade.

A temática do envolvimento das universidades no espaço cívico apareceu no final do século XX, entre 1980 e 2000, e ganhou impulso nas últimas décadas, com o aprofundamento das teorias de Derek Bok e Ernest Boyer, proponentes de uma nova tendência da teoria e prática educacional.

O Presidente da Universidade de Harvard, Derek Bok, defendeu a relevância do envolvimento da universidade no espaço cívico, na sua obra *Beyond the Ivory Tower* (1982), aludindo à importância dada pelas universidades às relações económicas e empresariais, voltando-se para dentro e deixando para segundo plano questões sociais, quando na realidade está na sua gênese abordar as questões sociais, políticas e económicas da sociedade, tendo uma responsabilidade ética com o mundo exterior (Bok, 1982, p. 301).

Já Ernest Boyer, então Presidente da *Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching*, cita Bok (1982) propõe e desafia as instituições de ensino superior a alcançar uma maior realização ao servir propósitos comunitários, no sentido de a universidade ser um espaço que ajuda a construir uma sociedade mais justa e tornar-se parceiro na procura de respostas às questões sociais, cívicas e problemas económicos. O autor propôs uma definição de “académico” assim como as prioridades do professorado. Foi criado um modelo assente em quatro elementos: o ensino, a descoberta, aplicação e integração combinadas da pesquisa, o ensino e o serviço comunitário (Boyer, 1996).

Olhar as modificações políticas do ensino superior português, é compreender o seu espaço na história nacional, com especial atenção às mudanças nas últimas décadas do século XX. O fim do regime de Estado Novo e entrada na Comunidade Económica Europeia. Existem três pilares importantes que advieram da consolidação do regime político democrático, do desenvolvimento económico e social e consequente abertura do país: *a normalização democrática após o período revolucionário e a instabilidade política que se seguiu; a liberalização económica que se inicia na segunda metade dos anos 1980, num movimento crescente de privatização de empresas e serviços; a integração do País na Comunidade Económica Europeia, em 1986* (Nunes et. al, 2014).

O Professor José Veiga Simão teve um papel importante nas transformações ocorridas nas universidades portuguesas nos anos de 1970 e 1980. Como último ministro da Educação antes da Revolução dos Cravos, defendeu a democratização do Ensino Portugal, e levou a cabo uma reforma na década de 70, com a criação da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro em 1973. Com esta mudança de paradigma, as instituições de ensino superior tiveram progressos significativos, pela democratização das infraestruturas e diversificação dos planos de estudo que ofereciam. Começa assim a desenvolver-se uma ideia da importância educacional para o desenvolvimento do país, com a extinção da ideia de ser um espaço reservado à elite, mas antes um espaço de modernização (Stoer, 1986).

Nos anos 90, o Ensino Superior sofreu uma pressão devido ao aumento do número de candidatos. A percentagem de portugueses com uma formação superior nessa década era de 4%, segundo os Censos de 1991, o que demonstra que apesar da democratização da educação, os lugares continuavam a ser ocupados por indivíduos com uma posição socioeconómica mais confortável. No final da década de 90, verificou-se uma mudança significativa nas regras de acesso ao Ensino Superior, com a abolição da nota mínima de acesso, a diversificação da oferta no ensino privado, a divisão do ensino universitário e politécnico, e pela consolidação das “novas universidades” fundadas nos tempos pós-revolucionários. Estes aspetos trouxeram um aumento da procura ao Ensino Superior português (Nunes et. al, 2014).

A Universidade do Minho foi uma das “novas” instituições de Ensino Superior que teve uma expansão significativa na década de 90, e foi reconhecida como uma das mais dinâmicas no país. Em 1991, o Reitor Sérgio Machado dos Santos assumiu a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o que trouxe um reconhecimento à Instituição. Assim a projeção nacional e internacional foi percorrendo um caminho rápido em relação ao tempo de existência da instituição, pela sua determinação e espírito de missão. *Certos da visão partilhada que tinham para a nova instituição, cedo entenderam que o sucesso da Universidade dependia de estar à frente do seu tempo, de abrir caminhos que ainda não eram entrevistados e de fazer de cada passo tanto uma ousadia quanto uma convicção.* A Universidade do Minho através da sua relação de proximidade com a região envolvente, posicionou-se de uma forma marcante no território através do sistema público de ensino (Nunes et. al, 2014).

As universidades do século XXI devem apresentar-se como um espaço de promoção dos direitos humanos, da equidade de género, formação para a não discriminação e a promoção de diferentes alunos, nacionais e internacionais que as frequentam. É importante o envolvimento do meio académico no espaço cívico, com a participação de docentes, alunos e funcionários que promovem a aprendizagem e interação entre estas duas realidades.

Na aprendizagem-serviço (Quezada, 2015) é importante o exercício pela experiência, que terá implicações nas notas finais dos alunos, estando inseridas nas unidades curriculares, tornando os estudantes ativos na sociedade e desenvolvendo competências no terreno através da prática social. É o caso dos alunos de arqueologia da Universidade do Minho, que possuem uma cadeira de estágio

integrada nos três anos da licenciatura e aprendem no terreno através da prestação de um serviço ao município de Braga.

No voluntariado há um serviço prestado à comunidade sem investimento direto das instituições de ensino superior. Os estudantes respondem a necessidades concretas da entidade, ou organização à qual prestam o voluntariado.

O envolvimento dos estudantes, docentes e funcionários não só lhes permite acesso a novas realidades e contextos como ao enriquecimento das experiências de vida, reforçando o processo de aprendizagem e melhorando as possibilidades de empregabilidade. Serviu de bibliografia base para esta temática o “Livro Verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior” (Orsies, 2018) elaborado em rede, por trinta instituições de ensino superior que integram Observatório sobre Responsabilidade Social e Ensino Superior, dinamizado pelo Forum Estudante em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O “Livro Verde” possui uma reflexão sobre a forma como as iniciativas sociais levadas a cabo pelas instituições de ensino superior com a participação em projetos com potencial de inovação contribuem para a resolução de problemas sociais concretos, devendo envolver diversos membros da comunidade académica nas redes sociais comunitárias. A disponibilização de meios para os projetos comunitários e sociais tem um impacto forte na comunidade e região onde estão inseridos, podendo influenciar positivamente cidadãos e autarcas sobre o contributo que a universidade tem no espaço público.

A maioria das universidades em Portugal possui ou tem parcerias com espólios de património arquitetónico, cultural e artístico que são colocados ao dispor da população, como é o caso do Arquivo Municipal, da Biblioteca Pública de Braga e do Museu Nogueira da Silva, que se inserem no património da Universidade do Minho, em Braga, abertos à participação da comunidade civil, ou o exemplo da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, o conjunto histórico-cultural classificado como património Mundial da UNESCO em 2013, que possui uma grande dinamização até em termos turísticos. Esta partilha e interação entre comunidade-sociedade é realizada em iniciativas conjuntas, quer de carácter desportivo (ex.: torneios abertos), quer de carácter cultural, com exposições de trabalhos, concertos de música e peças de teatro.

O próprio Regime Jurídico da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, artigo 4.º, n.º2, apresenta os parâmetros de avaliação da qualidade em relação aos resultados decorrentes da atividade dos estabelecimentos de ensino superior, dando importância crescente à relação entre os dois pólos universidade/comunidade, designadamente: *j) A integração em projectos e parcerias nacionais e internacionais; l) A prestação de serviços à comunidade; m) O contributo para o desenvolvimento regional e nacional adequado à missão da instituição; n) A acção cultural, desportiva, artística e, designadamente, o contributo para a promoção da cultura científica.*

Este trabalho colaborativo em rede é estabelecido bilateralmente, criando assim valor acrescido para a sociedade, com benefícios para as diferentes partes, os alunos, professores, funcionários e habitantes dos municípios, proporcionando encontro de ideias e a resolução de problemas sociais.

2.1 A Terceira Missão da Universidade.

Desde o ano de 1980 tem havido um crescente debate sobre o lugar de uma “terceira missão” para as instituições de ensino superior, que passa a englobar não só interações com empresas, como também a valorização da propriedade intelectual e o envolvimento com outros parceiros, como diferentes organizações não-governamentais e comunidades marginalizadas.

O Conselho de Financiamento do Ensino Superior do País de Gales define *atividades de terceira missão nas universidades que estimulam e direccionam a aplicação e exploração do conhecimento em benefício do desenvolvimento social, cultural e económico de nossa sociedade.* Jongbloed & Salerno (2007) observam que há um grande número do que eles chamam de “*stakeholders*” (categorias abstratas) e grupos constitutivos de comunidades (atores reais) que têm relacionamentos com universidades e que estão envolvidos na troca de conhecimento com as universidades.

Importa traçar a evolução histórica mais ampla desta “terceira missão”. No período pós-Segunda Guerra Mundial, as universidades envolveram-se estreitamente nos esforços de reconstrução e grandes projetos tecnológicos nacionais. *Está claro para todos verem que há uma grande mudança chegando, de fato já está meio aqui; uma mudança nas relações sociais, uma mudança profunda nos valores. E qualquer que seja a mudança, uma coisa é certa: afetará profundamente nossas universidades, e eu imploro que as universidades desempenhem seu papel ajudando a formular as novas concepções de sociedade pela abordagem de seus próprios problemas* (Nunes et al. 2014).

Tradicionalmente, na Europa é reconhecido que as duas principais missões das universidades são o ensino e a investigação. No entanto, nos últimos anos, outra missão está a ser, que tem a ver com as contribuições das universidades para a sociedade. Chama-se geralmente "Terceira missão".

A Comissão Instaladora da Universidade do Minho, em fevereiro de 1976, nas suas considerações finais estabelece como princípios fundamentais da Instituição o seguinte: *para que a Universidade do Minho seja uma verdadeira Universidade e não um mero vínculo burocrático entre escolas superiores dispersas, sem dimensão científica universitária. Para que a Universidade do Minho seja uma Universidade sem muros e sem muralhas: sem muros interiores que a desfaçam em compartimentos mutuamente estranhos, focos de individualismo, e sem muralhas que a façam templo de elitismo alienante. Grupo amplamente aberto à comunicação com toda a região, num permanente fluxo biunívoco reciprocamente dinamizador e fecundante de que todos os que constituem a Universidade serão agentes essenciais e em que a participação da sociedade tenha marca institucional* (Nunes et. al, 2014).

A Universidade do Minho procura atuar na interação com a sociedade. Geograficamente, está presente nas cidades de Braga e Guimarães através dos seus *campus*, bibliotecas e museus, e em Monção, através da Casa-Museu. A nível económico, uma instituição de ensino superior deste relevo traz vantagens económicas à região, através do pagamento a recursos humanos e o incentivo à criação de mercados locais para satisfazerem as necessidades da população. Desta forma, a vida de uma região muda exponencialmente através das universidades. Para além disso, existe um desenvolvimento da animação lúdica e cultural da cidade, não só pela convivência com o mundo académico, mas pelas oportunidades que as instituições de ensino superior criam, através de exposições, palestras, entre outras iniciativas.

2.2 Iniciativas de Envolvimento Cívico das Universidades na Comunidade.

O reconhecimento importância da relação para o desenvolvimento organizacional, levado a cabo pelos autores de um senso comunitário, conduziram à proliferação de projetos entre universidades e comunidades no início dos anos 2000, nas cidades onde a universidade estava localizada.

A interação contribuiu para o desenvolvimento de programas e serviços comunitários que procuraram olhar para a sociedade, identificar problemas de longa data e resolvê-los (Fisher et al., 2004).

O primeiro artigo de execução de modelo que apresento apoia-se no modelo de Boyer (1996) e aborda o papel das bolsas de estudo para o envolvimento universidade-comunidade, desenvolvimento social, económico e pensamento político através de um caso de estudo numa universidade da África do Sul. Os autores do artigo destacam a importância do envolvimento das comunidades nas relações sistemáticas entre as instituições do ensino superior, os seus ambientes e comunidades, que são caracterizados por uma interação benéfica entre a aprendizagem, o ensino, a pesquisa e a importância de abordar problemas sociais, levantar questões e resolver desafios (Mtawa et al., 2016).

O modelo de Boyer revelou-se crucial, uma linha de pensamento sustentada para a elaboração deste estudo, uma vez que ajudou os autores a pensarem e praticarem o envolvimento da comunidade, gerando novos conhecimentos e tornando-os utilizáveis e relevantes no dia-a-dia das comunidades. Os resultados do estudo de caso da Tanzânia, conforme demonstrado no artigo, salientam a importância do papel das universidades no desenvolvimento nacional e regional graças às políticas de aposta no envolvimento comunitário.

Um segundo artigo (Bruning et al., 2006) explora o envolvimento da relação universidade-comunidade numa perspetiva dos membros da comunidade, isto é, deixando de ser um compromisso unilateral, uma vez que as universidades enviam professores e funcionários para a comunidade, mas explorando os benefícios que podem ser obtidos por uma universidade quando os membros da comunidade são encorajados a explorar os benefícios culturais, intelectuais, atléticos e artísticos nos *campi* das universidades.

O resultado do estudo mostrou que os membros da comunidade que participaram em eventos nos últimos seis meses tiveram uma impressão favorável da universidade. Apesar dos resultados positivos, os autores apresentam limitações à investigação, em primeiro por se tratar de apenas uma cidade investigada, o que cria generalização de resultados, deixando nota sobre a importância de realizar-se este tipo de investigação em diferentes universidades para se compreender o envolvimento da comunidade.

Um terceiro artigo a referenciar (Chung & Coates, 2018) aborda o envolvimento cívico dos alunos, professores e funcionários através de educação experimental face às necessidades da comunidade. Realizou-se um questionário sobre os benefícios do envolvimento na comunidade, com cento e cinquenta e uma respostas de alunos de quatro universidades australianas, analisando diferentes

atividades de cariz voluntário e obrigatório. Os resultados da investigação demonstraram que após a participação em atividades de envolvimento com a comunidade, os inquiridos sentiram melhorias significativas no seu pessoal, divididas em quatro categorias de habilidade: percurso académico e profissional, na sua capacidade interpessoal e cívica e na diversidade de pessoas que foram encontrando.

Na Casa do Conhecimento da Universidade do Minho foi realizado um questionário às Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, para a inventariação de boas práticas de envolvimento comunitário. (Andrade & Mendes, 2022) Através dos resultados apresentados na investigação, é possível perceber a relação de proximidade entre a sociedade e a Universidade do Minho, graças à identificação de atividades no âmbito cultural e da saúde, dado que os docentes, investigadores, funcionários e alunos trabalham em hospitais, organizações sem fins lucrativos e IPSS, graças a estágios curriculares, dias abertos e formações de voluntariado. Já no âmbito cultural, existe um número crescente de concertos, teatros, exposições, palestras e workshops que são realizados na região.

3. A Salvaguarda do Património como Terceira Missão da Universidade

O património edificado da Universidade é, em muitos casos, uma porta de entrada a novos alunos, mas também objeto de reconhecimento mundial. Quantos de nós reconhecem através de uma única fotografia a famosa biblioteca de Harvard, ou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra? Os espaços marcam as instituições e o Paço, é uma das grandes referências da Universidade do Minho.

A globalização acentuada do século XXI trouxe a necessidade de abordar questões de envolvimento comunitário nas diversas áreas do conhecimento e o seu papel nas diversas comunidades locais. É importante que as universidades realizem a aproximação comunitária, de forma a participar no mundo global, através de diversas ferramentas. A “Universidade do presente” deve assim dialogar, produzir e interagir como forma de terceira missão (Andrade, 2021). Apesar disto, o espaço em si pode não significar muito, se não existir uma política de salvaguarda e valorização do Património edificado, uma vez que são utilizados diariamente por vários intervenientes, já que a Universidade é um agente de desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das comunidades (Silva, 2022).

Aquando da criação da Universidade do Minho foram criadas unidades de apoio, fundamentais para a instituição. Num relatório de 1980, ficou explícita a responsabilidade e importâncias das unidades que prestam serviços à comunidade, em especial o Museu Nogueira da Silva, a Biblioteca Pública e o

Arquivo Distrital que funcionavam no Paço antes da instalação, e do campo arqueológico que era da responsabilidade da recém-criada Unidade de Arqueologia.

Na abertura do ano letivo de 1981/82, o Reitor Lúcio Craveiro da Silva fez a primeira referência à importância das Unidades Culturais na Instituição, pelo seu papel de conservação, desenvolvimento e difusão cultural. (Nunes et. al, 2014) No ano de 1986, foi criado o Conselho Cultural da UMinho, devido à importância que as unidades culturais possuíam na região. O Reitor Lúcio Craveiro da Silva, em 1982, no seu discurso de tomada de posse, abordou a necessidade da criação do mesmo, para que as unidades culturais se estruturarem, proporem soluções e prestarem um serviço mais direto à comunidade (Silva, 2004).

Assim, em 1986, o Reitor Sérgio Machado dos Santos promulgou um despacho com a seguinte informação: *Considerando o grande relevo que, desde a sua criação, a Universidade do Minho tem vindo a dar ao estudo e difusão da cultura; considerando o já significativo número de unidades da Universidade que prosseguem objectivos culturais e a diversidade dos seus projectos; considerando, por último, a necessidade de coordenar e expandir, de forma mais racionalizada e participada, as actividades de todas essas unidades; Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto -Lei n.º 781 -A/76, de 28 de outubro e com a aprovação do Senado Universitário da Universidade do Minho, determino o seguinte:*

- 1. É criado, a título experimental, o Conselho Cultural da Universidade do Minho.*
- 2. O Conselho Cultural rege -se pelo estatuto provisório anexo ao presente despacho.*

Assim, a criação deste Conselho Cultural foi um passo muito importante para a salvaguarda patrimonial e cultural da Universidade no território (Nunes et. al., 2014, p. 354).

Neste mesmo despacho, para além da criação do Conselho Cultural, e da nomeação do antigo Reitor Lúcio Craveiro da Silva como presidente do Conselho, ficou definido como *um órgão superior de consulta do Reitor e de coordenação das actividades das Unidades Culturais da Universidade”, e de ficarem incumbidas de tratarem de “As opções fundamentais de política cultural da Universidade; os métodos de execução dessas políticas, nomeadamente os programas culturais da Universidade; a interligação dos programas referidos na alínea anterior com os programas culturais promovidos por outras instituições ou organismos, públicos ou privados; quaisquer outros assuntos de natureza cultural para que seja solicitado pelo Reitor, ou sobre que entenda dever pronunciar -se* (Nunes et. al., 2014, p. 358).

Em 2009, António Augusto Magalhães Cunha foi eleito Reitor da UMinho. A importância do papel das unidades culturais estava apresentada na sua candidatura “Crescer para ganhar o futuro 2013/17”. A mensagem da candidatura, no que diz respeito à cultura, dá continuidade ao trabalho que havia sido iniciado pelo Reitor António Guimarães Rodrigues, mas apresenta uma necessidade de aprofundamento da interação com a sociedade, através de iniciativas culturais em colaboração com a região (UMinho, 2013). Em 2010, Ana Gabriela Macedo foi nomeada presidente do Conselho Cultural e foi criada uma comissão externa de dez personalidades com importância no domínio da cultura.

O Professor Rui Vieira de Castro, atual Reitor da UMinho, na sua candidatura a reitor intitulada “Mobilizar, Desenvolver, Transformar”, *reforçou a valorização social e cultural do património da UMinho, colocando-o ao serviço do desenvolvimento das comunidades e da promoção da Instituição*, através da criação da UMinho Editora, da programação cultural nos espaços da UMinho e da constituição do Largo do Paço como *think corner* que permita transmitir à sociedade produção científica da UMinho (Geral, 2017, p. 32).

Muito do trabalho de aproximação territorial, salvaguarda do património e extensão comunitária é realizado pelas Unidades Culturais, coordenadas pelo Conselho Cultural. Para além do apoio e serviço, as unidades culturais são interlocutoras no âmbito da animação cultural, desenvolvimento da arte e dos valores humanísticos. Assim, a Universidade do Minho procura a reconversão e requalificação dos edifícios que fazem parte integrante da Instituição, de forma a melhorar o serviço prestado pela Universidade à sociedade e a introdução de novas valências na sua ação cultural. Dentro desta linha de pensamento, a Reitoria da Universidade do Minho procurou conhecer e explicar o seu património e das cidades envolvidas e lançou duas coleções de livros, *Sítios com História e Histórias de Cidades* (Nunes et. al, 2014).

As Unidades Culturais da Universidade do Minho são as seguintes: Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Pública de Braga, Casa do Conhecimento, Casa-Museu de Monção, Centro de Estudos Lusíadas, Museu Nogueira da Silva, Museu Virtual de Lusofonia e, por fim, a Unidade de Arqueologia. Assim, grande parte da preservação e salvaguarda do património da Universidade é feito pelas Unidades Culturais como terceira missão da instituição (Minho, 2022).

A Biblioteca Pública de Braga e o Arquivo Distrital (Anexo 22) foram transferidos para o antigo Paço Arquiepiscopal em 1934, com a adaptação do palácio de D. José de Bragança. A mesma foi

integrada na Universidade do Minho pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto. Ambas unidades culturais estão no ativo e, em 1991, sob proposta da Assembleia Municipal de Braga, e pela comemoração do 150.º aniversário da criação, foi atribuída à Biblioteca a medalha de honra da cidade (Braga, 2022).

Neste tópico é importante destacar o trabalho da Unidade de Arqueologia (Anexo 24), não só por ter sido criada em 1977, mas pelo trabalho de reabilitação de Bracara Augusta, fundada pelo imperador Augusto, na qual a Unidade Cultural, ao longo das décadas, tem vindo a trabalhar, não só através das suas investigações, como também através dos seus alunos de licenciatura, doutoramento e mestrado. A importância desta unidade transcende o seu papel apenas no seio académico, uma vez que toda a atividade arqueológica criou a possibilidade de uma maior ligação da História, em Braga, com os diversos públicos que visitam a cidade nos dias de hoje. Um grande exemplo da salvaguarda e divulgação do património romano bracarense é a Braga Romana, um evento anual feito na cidade de Braga, que conta com o apoio da Unidade de Arqueologia e da Universidade do Minho, não só na divulgação, mas na realização do programa, de forma que o evento tenha a maior autenticidade possível (Arqueologia, 2022).

A Casa-Museu de Monção (Anexo 25) foi criada graças ao legado da Senhora Dona Maria Teresa Salgueiro, que faleceu em outubro de 2001 e deixou a sua fortuna e bens à Universidade do Minho. O intuito foi a criação da casa-museu, de forma a valorizar Monção no ponto de vista museológico, etnográfico e sociológico. O espaço retrata o modo de viver de uma família da alta burguesia, na primeira metade do século XX, no Alto Minho. Encontra-se aberta aos visitantes, apresentando-se como uma Unidade Cultural que está aberta à comunidade e interativa com a região (Monção, 2022).

O Museu Nogueira da Silva (Anexo 26) foi doado à Universidade em 1975 por António Augusto Nogueira da Silva, ligado à área financeira e comercial de uma família burguesa bracarense. No Museu é possível visitar os jardins, assim como os diferentes espaços que contam com atividades culturais, exposições, divulgação de Arte Contemporânea e ainda um arquivo fotográfico. Por fim, através do serviço educativo para os mais novos, é feita a ponte com escolas, com a oferta de cursos para diversos públicos, conferências e concertos (Silva, 2022). O Centro de Estudos Lusíadas está localizado na Casa Nogueira da Silva, e tem como objetivos o estudo e a investigação da cultura lusíada nos seus múltiplos domínios e aspetos (Lusíadas, 2022).

O Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma virtual de cooperação académica, em ciência, ensino e artes dos países de língua portuguesa, com extensão à Galiza e à Região Autónoma de Macau, com ligação a associações culturais e artísticas lusófonas. Apresenta-se também como um mecanismo que visa a participação ativa dos cidadãos para a (re)construção da memória coletiva (Lusofonia, 2022).

A Casa do Conhecimento tornou-se Unidade Cultural em 2019 e será o objeto de estudo na segunda parte do trabalho. Inserida na Rede Casas do Conhecimento, as “Casas do Conhecimento” representam os canais pelos quais as autarquias e a universidade procuram sensibilizar e envolver o cidadão em desafios como a inovação, a aprendizagem, a criatividade, a experimentação tecnológica e o conhecimento, dinamizando as comunidades locais como meio para potenciar o desenvolvimento económico e social e desenvolver o empreendedorismo de base local.

Segundo Luís Amaral (2018), As “Casas do Conhecimento” representam, assim, os canais pelos quais a UMinho e os demais membros da rede procuram sensibilizar e envolver os seus cidadãos em desafios como a inovação, a aprendizagem, a criatividade, a experimentação tecnológica, a participação e a cidadania ativa, mobilizando as suas comunidades, locais, regionais e académicas, como atores do desenvolvimento económico, social e cultural, comprometendo-os na criação, utilização e disseminação do conhecimento e da cultura.

São dez espaços, um conjunto de pessoas e recursos aliados à vontade de dinamizar a região em torno das tecnologias de informação, do conhecimento e da inovação que constituem a Rede Casas do Conhecimento (RCdC). A Casa do Conhecimento da UMinho está localizada no Paço e nas Bibliotecas Gerais de Gualtar e Azurém no espaço B-Lounge.

As oito unidades culturais da Universidade do Minho procuram reforçar o sentido de terceira missão da instituição, estabelecendo a ponte com a sociedade, de forma a valorizar os diferentes tipos de património e território em redor da universidade.

Capítulo III: Objetivos e Metodologia de Investigação

1. Objetivos

O objetivo deste trabalho relaciona-se com a abertura do edifício histórico do Paço, da reitoria da Universidade do Minho à sociedade civil através da Unidade Cultural Casa do Conhecimento, utilizando recursos digitais e físicos para chegar não só a públicos fidelizados, mas atrair novos públicos-alvo, nacionais e internacionais, valorizando o património local e promovendo a sua visita ao espaço.

2. Metodologia de Investigação/Planos de Trabalho

A elaboração desta dissertação contou com várias etapas. No primeiro mês de trabalho, em setembro de 2021, começou o trabalho de gabinete, sendo o meu objetivo principal procurar bibliografia para compreender o objeto em estudo - o Paço. A finalidade desta etapa foi procurar obras e autores que me facultassem informação sobre a formação e evoluções arquitetónicas do Paço ao longo do tempo histórico. A criação do Paço Arquiepiscopal está relacionada com a proximidade à Catedral de Braga. Desta forma, tive oportunidade de contar uma série de bibliografia basta sobre o assunto. Apesar de não existir documentação sobre a data inicial da construção da primeira torre, podemos perceber, através das diversas obras sobre o Paço, a necessidade desta construção e o desenrolar de acontecimentos desde o século XIV até finais do século XX.

Na segunda etapa do trabalho de gabinete inicial, procurei compreender de que forma o espaço se tornou na reitoria da Universidade do Minho, através da diversa bibliografia da instituição. A obra *História da Universidade do Minho 1973-1974-2014* (Nunes et. al, 2014) fornece uma base sólida para a compreensão das diferentes etapas de evolução da UMinho enquanto instituição do ensino superior português. Por fim, foi importante compreender o papel das universidades no envolvimento cívico, a chamada “terceira missão” e de que forma a salvaguarda do património se apresenta como uma necessidade das Universidades. Dentro desta perspetiva, procurei perceber a importância na criação do Conselho Cultural da UMinho, assim como os diferentes papéis de cada unidade cultural, em especial da Casa do Conhecimento da UMinho e como se insere nessa realidade de “terceira missão”, sendo uma plataforma de interação e aproximação direta entre estes dois polos e os diferentes exemplos de atividades que já foram realizadas.

No mês de outubro, começou a fase de trabalho em campo. A escolha da metodologia utilizada ao longo do trabalho foi Investigação-Ação, por se tratar de *um processo contínuo da ação reflexiva ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em que todos participam, investigando as suas próprias práticas sociais a fim de conhecê-las e melhorá-las* (Coutinho et al., 2009). Através da escolha metodológica, tive oportunidade de analisar as características, os obstáculos, as potencialidades, os procedimentos e os agentes de mudança da Casa do Conhecimento da UMinho e Rede Casas do Conhecimento, assim como experienciar, através da intervenção no terreno, os resultados para cada atividade e viver em primeira mão as transformações sociais que a unidade cultural promove localmente através de cada Casa, e nacionalmente, graças à expansão interregional para o Alentejo.

Conheci o projeto Redes Casas do Conhecimento em junho de 2021, através de uma publicação compartilhada nas suas redes sociais, e desde esse momento fiquei bastante interessada no conceito, por conectar pessoas, espaços, tradições e culturas através de um espaço híbrido, gratuito e acessível a todos. A Rede apresenta-se como uma oportunidade de levar os diferentes patrimónios a um espaço comum de conhecimento e diálogo.

Em agosto, a Casa do Conhecimento da UMinho abriu uma bolsa de investigação no âmbito do *Working Package Community Engagement*, financiado por fundos alemães através do projeto InclusU. Tive oportunidade de me candidatar à bolsa de investigação e ser selecionada para fazer parte do projeto.

O objetivo do projeto InclusU foi desenhar a universidade do século XXI, em parceria com as comunidades locais, de forma a criar educação de qualidade, dentro e fora das universidades, e ajudar no desenvolvimento dos cidadãos, da sociedade e da universidade. No *Working Package de Community Engagement*, o meu objetivo foi identificar e implementar novas formas de interação com as comunidades locais, tendo em perspetiva os exemplos de cada um dos parceiros: Universidade de Malmo na Suécia, Universidade Mykolas Romeris na Lituânia, Universidade de Lille em França, Universidade Europeia de Viadrina na Alemanha, Universidade Babeş-Bolyai University na Roménia, Universidade Wroclaw na Polónia e Universidade do Minho em Portugal (InclusU, 2021).

Tive oportunidade de trabalhar no projeto InclusU de setembro de 2021 até maio de 2022. Uma a duas horas por dia eram ocupadas com a elaboração dos trabalhos, preparação das reuniões e revisão bibliográfica. Paralelamente, acompanhava ativamente as diferentes atividades promovidas pela Casa

do Conhecimento da UMinho e pela Rede graças à proximidade que o projeto InclusU me trouxe. Em conversa com os meus orientadores, pareceu-me uma boa ideia, para além da realização da bolsa de investigação, realizar o meu estágio curricular na Casa do Conhecimento da UMinho, estando totalmente envolvida nas atividades realizadas e nos diferentes projetos.

No mês de outubro de 2021, começou o estágio curricular, que teve duração de seis meses, terminando em março de 2022. Foram seis meses de aprendizagem e de contacto com várias vertentes que despertaram o meu interesse, pela ligação direta entre as diferentes Casas do Conhecimento, que, em Rede, trabalham diariamente para reforçar a ligação com a sociedade e se envolvem em questões de literacia, infoexclusão, valorização e salvaguarda do património edificado e tradições. Cada Casa comunica entre si e com a sociedade, através do seu património.

No que diz respeito ao trabalho de campo, durante o estágio curricular participei na organização das atividades da Rede Casas do Conhecimento que contaram com várias sessões: Comunidade de Leitores, Conversas na Casa, Ciclo de Seminários Ribat-On, Curso de Outono, património com Alma, Conversas Nortear e noutras atividades organizadas em parceria com outras Unidades Culturais, Escolas e Institutos da Universidade do Minho. Paralelamente, fiquei encarregue da gestão da comunicação da Rede, seja nas diferentes redes sociais, através da criação e difusão de conteúdo.

Foi criada a plataforma da Rede Casas do Conhecimento Norte e Alentejo através do projeto E-Civitas. Fiquei responsável por explorar e carregar informação sobre as diversas atividades que foram dinamizadas em rede na plataforma incluindo a criação de um manual de utilização para que os restantes animadores digitais da Rede conseguissem funcionar e inserir conteúdos na plataforma.

Em todas as atividades tive oportunidade de conectar as duas áreas de interesse, e que fazem parte do meu currículo académico, a História e o Património Cultural, assim como a área de Relações Públicas e Publicidade que aprofundei na Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, uma vez que não existe forma de comunicar o património sem o conhecer, estudar, refletir e perceber de que forma podemos tirar o máximo proveito da sua existência.

Um dos objetivos deste trabalho é compreender como pode o Paço estar aberto à sociedade através do contributo da Casa do Conhecimento da UMinho, já que em setembro de 2021 passou a ter espaço físico na Reitoria da Universidade do Minho, com um gabinete de trabalho, e com a instalação da videoconferência no salão superior na ala nascente, junto à loja e Galeria do Paço. Este novo espaço

da CdC UMinho promoveu, ao longo dos meses, várias atividades e palestras com mais de trezentos participantes, tanto presenciais como *online*, que tiveram oportunidade de conhecer um dos ex-libris do Paço. Para além disso, deu-se a integração das exposições da Galeria do Paço, sob custódia do Pelouro da Cultura e Território no salão da Casa do Conhecimento. Este processo de digitalização do espaço foi uma ponte espacial entre a instituição e a sociedade, por albergar atividades fora do âmbito académico, muitas delas com foco principal nas diferentes comunidades e na sua realidade do dia-a-dia. Cruzaram as portas do Paço e a Casa do Conhecimento diversas pessoas, de línguas e países distintos e graus de escolaridade diferentes.

No mês de abril, terminada a fase de estágio, começou a última etapa de interpretação, análise e reflexão dos dados obtidos nos meses anteriores e consequente produção escrita do que se veio a materializar neste trabalho. Desde o primeiro dia de estágio e com a intensidade de atividades que aconteciam semanalmente em Rede, foi importante uma catalogação das diferentes atividades, assim como agregação dos diferentes materiais como fotografias e vídeos das sessões. A era da informação permite a difusão de notícias em segundos, e as redes sociais são verdadeiros portfólios de momentos e acontecimentos, tendo sido utilizado como ferramenta importante para este trabalho.

Nesta última fase, o meu primeiro objetivo foi terminar a escrita dos capítulos do trabalho que estão relacionados com o Antigo Paço Arquiepiscopal da Cidade de Braga, assim como o Paço enquanto Reitoria da Universidade do Minho. Após terminar esta parte exploratória de bibliografia, passei à revisão e identificação das diferentes atividades, de forma a poder explicar todo o trabalho de campo e refletir sobre o que tinha feito, e quais os desafios futuros para o projeto Rede Casas do Conhecimento, que está em crescimento, assim como o papel futuro da unidade cultural Casa da Conhecimento da UMinho dentro da instituição.

Capítulo IV: O Paço Aberto à Comunidade: A Casa do Conhecimento da UMinho

1. Da Casa do Conhecimento da UMinho à Rede Casas do Conhecimento

O conceito 'Casa do Conhecimento' (CdC) surgiu, em 2004, na Universidade do Minho, em colaboração com a Câmara Municipal de Vila Verde (CMVV), com o objetivo de *criar uma infraestrutura física, tecnológica e humana que atuasse na região como elemento dinamizador da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento* (Conhecimento, 2022, p. 1).

A realidade europeia do ensino superior procura que as instituições universitárias sejam referência de excelência, não só na educação como na investigação e interação com a sociedade. Os casos de sucesso e boas práticas são variados. A Casa do Conhecimento da UMinho surgiu como “uma outra dimensão da universidade”, de forma a reforçar o seu papel de agente ativo na região e, simultaneamente, alargar os campos de experimentação no território e diferentes patrimónios através das tecnologias e sistemas de informação, de forma a tornar-se uma Universidade sem muros que está ao serviço da região (Amaral, 2018).

O conceito do projeto respondia aos desafios colocados pela Sociedade da Informação e do Conhecimento, e deu a possibilidade à Universidade de relacionar-se com o território, através destes espaços, as Casas do Conhecimento, onde a aprendizagem é realizada de uma forma flexível e interativa e ajustada às diferentes necessidades de cada região (Amaral & Amaro, 2015).

Em 2010 foi criada a Rede Casas do Conhecimento (RCdC), formalizada no âmbito da candidatura a um Projeto, concretizado entre 2011 e 2013, com participação da Universidade do Minho, do Centro de Computação Gráfica e dos municípios de Vila Verde, Paredes de Coura, Fafe e Vieira do Minho. Foram equipadas cinco Casas do Conhecimento, uma delas dentro da própria Universidade do Minho. Novos membros foram integrando o projeto: autarquias de Boticas (2012), Montalegre (2013), Ponte da Barca (2013) e Trofa (2013). Em 2021, o Município de Valongo realizou a adesão à Rede. Estão ainda em fase de adesão os municípios de Arcos de Valdevez, Chaves e Melgaço, estimando-se a sua entrada em 2023. A nível gráfico, cada Casa do Conhecimento é identificada por um logotipo com uma cor específica de forma a diferenciar-se das restantes (Anexo 27) (Conhecimento, 2022).

Cada município, assim como a própria Universidade, possui as suas singularidades e o resultado da partilha de saber entre membros da Rede enriquece e constrói uma dinâmica diversificada, através

de atividades que contribuem para o desenvolvimento de cada região, assim como para decifrar soluções e respostas a problemas locais ou falta de recursos. Assim, a Rede *são espaços, um conjunto de pessoas e recursos aliados à vontade de dinamizar a região em torno das tecnologias de informação, do conhecimento e da inovação, valores que estiveram na origem da Rede Casas do Conhecimento junto da população, e instrumentos que facilitam as relações da Universidade do Minho com as Câmaras Municipais* (Andrade, 2021).

A missão da Rede Casas do Conhecimento é *contribuir para a generalização do acesso e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, através da criação e dinamização de espaços onde as pessoas possam ter acesso a recursos, conteúdos e ações de (in)formação e capacitação que contribuam para o exercício pleno da cidadania.*

No que diz respeito à visão, *Ser uma Rede de cooperação territorial - entre entidades de ensino superior e municípios de referência a nível nacional no combate às assimetrias digitais e à Infoexclusão das populações, ao desenvolver e promover um conjunto de atividades educativas e culturais centradas nas necessidades da região e dos seus cidadãos* (Conhecimento, 2022, p. 9).

São objetivos estratégicos da Rede Casas do Conhecimento: *1. Combater a infoexclusão e as assimetrias digitais da região; 2. Reforçar a cultura científica e as competências tecnológicas das populações; 3. Fomentar uma prática de trabalho em rede e em parceria, potenciando sinergias entre os diversos recursos (humanos, infraestruturais, técnicos e tecnológicos) de que dispõem os membros da Rede. 4. Fomentar uma maior “fluência digital” por parte dos utilizadores das tecnologias de informação disponíveis nas Casas do Conhecimento; 5. Contribuir para a qualificação do capital humano da região* (Conhecimento, p.10).

A Rede Casas do Conhecimento está assim presente em catorze espaços: Largo do Paço (Braga), Espaço B-Lounge da Biblioteca Geral de Gualtar (Braga) e Azurém (Guimarães), municípios de Boticas, de Fafe, de Montalegre, de Paredes de Coura, da Trofa, de Valongo, de Vieira do Minho, de Vila Verde, de Ponte da Barca e, a título experimental, em Díli, Timor-Leste e Universidade de Évora, no Palácio do Vimioso.

A 20 de dezembro de 2019, a Casa do Conhecimento da Universidade do Minho tornou-se numa das Unidades Culturais da Instituição, graças ao trabalho com a comunidade que já era realizado. Com esta oportunidade, foi possível a realização de mais trabalhos em conjunto com os diferentes

agentes da UMinho, conseguindo alcançar mais alunos, funcionários, docentes e respetivas Escolas e Institutos.

2. A Expansão Interregional da Rede Casas do Conhecimento Norte e Alentejo.

No ano de 2018, deu-se uma ampliação geográfica da Rede Casas do Conhecimento na região do Alentejo, graças a um projeto de copromoção entre a Universidade do Minho e a Universidade de Évora, chamado e-Civitas, financiado pelo Programa Sama 2020 - Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, estabelecendo assim a Rede Norte e Alentejo (Anexo 28).

Os objetivos principais do e-Civitas são o reforço da investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação: *i) Constituir-se como um fórum de base territorial para a Sociedade da Informação, do Conhecimento e para a Inovação; assumir-se como uma plataforma de convergência de entidades públicas e privadas, capaz de dinamizar ações como colóquios, seminários, conferências, workshops, bem como a promoção, elaboração, edição e divulgação de estudos e publicações; ii) Incentivar uma cidadania mais participativa, colaborativa e associativa, através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; iii) Reforçar a cultura científica e tecnológica das populações, privilegiando contextos de experimentação prática; iv) Contribuir para o incremento das qualificações e das competências técnicas e académicas da população, nos domínios da Ciência e das Tecnologias de Informação e Comunicação; v) Incrementar a perceção das atividades e dos atores do processo de investigação científico e tecnológico por parte das populações; vi) Estimular o desenvolvimento de modalidades formativas de ensino-aprendizagem e aprendizagem ao longo da vida, em contextos de e-learning, b-learning e/ou m-learning; vii) Combate à infoexclusão e às assimetrias no acesso e utilização de meios digitais promovendo, uma distribuição no território mais justa e equitativa dos recursos e das oportunidades; viii) Contribuir para o reforço das atribuições municipais ao nível da inovação, do empreendedorismo, do desenvolvimento local e regional, da ciência e da tecnologia, nomeadamente através da promoção, dinamização e implementação de projetos tecnológicos, de utilidade pública para as populações e para a região (UÉvora, s/d.).*

A 6 de junho de 2022, o Salão Nobre da Reitoria da UMinho, no Largo do Paço, recebeu a sessão final do projeto “e-Civitas”. O programa incluiu a apresentação dos resultados do projeto, bem como a assinatura do memorando de entendimento dos futuros membros e do protocolo Rede de Casas do Conhecimento Norte-Alentejo. (Anexo 29) O evento contou com a presença do presidente da

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), António Cunha, do reitor da UMinho, Rui Vieira de Castro, da reitora da Universidade de Évora, Herminia Vasconcelos Vilar, de membros da Rede Casas do Conhecimento Norte e Alentejo e de responsáveis de vários municípios (Anexo 30).

A ampliação geográfica da Rede Casas do Conhecimento Norte para o Alentejo demonstra-se como uma aposta clara da Universidade de Évora no projeto e no seu conceito base, por ser um exemplo de boa prática de envolvimento comunitário, de salvaguarda patrimonial e da utilização do digital de forma a aproximar realidades e difundir culturas e tradições. As bases foram estabelecidas e o projeto conta com uma primeira Casa do Conhecimento piloto, na vila alentejana do Alandroal. O objetivo desta amplificação espacial passa simultaneamente por aumentar a relação de proximidade entre as duas instituições de ensino superior, através da troca de ideias e experiências, assim como a criação, em conjunto, de diferentes atividades.

Capítulo V: Trabalho de Campo e Análise de Dados

1. Atividades, Palestras e Seminários realizados pela Casa do Conhecimento da UMinho e Rede Casas do Conhecimento.

O estágio curricular que desenvolvi na Unidade Cultural Casa do Conhecimento da Universidade do Minho teve duração de seis meses, com início dos trabalhos em campo até outubro de 2021 e término a março de 2022. Ao longo do meu percurso, tive oportunidade de colaborar nas diferentes atividades, palestras e seminários que irei mencionar neste ponto. O meu trabalho diário passou pela criação dos formulários de inscrição, difusão dos cartazes nas redes sociais da Rede e assegurar o funcionamento das sessões, a entrada dos participantes, mediação das perguntas e fotografar os diferentes momentos. Assim, tratou-se de um trabalho no antes, durante e depois da atividade.

1.1 Comunidade de Leitores

A Comunidade de Leitores insere-se no plano de atividades da Rede de Casas do Conhecimento, sendo uma iniciativa da Casa do Conhecimento da UMinho e das Bibliotecas da Universidade do Minho, em colaboração com as Casas do Conhecimento dos Municípios de Boticas, Montalegre, Paredes de Coura e Vila Verde, Fafe e Valongo.

A iniciativa surgiu, dentro da UMinho, com o intuito de promover a leitura e a literacia, mas rapidamente estendeu-se à sociedade civil através da participação das Redes locais, permitindo a criação de um espaço híbrido, *online* e presencial, de encontro e diálogo, onde qualquer participante, de forma gratuita, poderá promover a leitura, exercitar o hábito de pensar e partilhar conhecimento.

Os encontros mensais são dinamizados de forma rotativa, sendo da responsabilidade de cada CdC a identificação de, pelo menos, um moderador/dinamizador, a quem cabe a tarefa de dinamizar e facilitar a participação da comunidade local e remota. Estes dinamizadores podem ser membros das entidades promotoras (bibliotecários, professores, investigadores ou outros profissionais), especialistas externos convidados ou os autores das obras selecionadas. Cada Casa do Conhecimento é também responsável pela organização, dinamização e divulgação da sessão presencial nas suas instalações, bem como por criar as condições necessárias à partilha da sessão para as restantes Casas do Conhecimento por videoconferência (Anexo 30).

Até março de 2021, a atividade contou com 27 encontros, estando na 5.ª Edição. A seleção dos livros e a definição do programa anual resulta de um trabalho colaborativo em Rede, seguindo as linhas orientadoras definidas no regulamento e que visam assegurar um programa de leitura semestral diversificado, que integre autores portugueses e estrangeiros, de carácter literário (prosa, poesia, drama) ou não-literário (ensaio, divulgação científica, história, entre outros) abordando temáticas diversas, de modo a ir ao encontro de um público diversificado (Anexo 32)

A seguinte tabela apresenta informação sobre as seis sessões da Comunidade de Leitores compreendidas entre outubro de 2021 a março de 2022. Houve um total de 328 participantes, num formato presencial nas diferentes Casas do Conhecimento, e *online* através da plataforma *Zoom*. Este formato de atividades híbridas atrai mais público, uma vez que a atividade acontece na terceira quarta-feira de cada mês, às 17h30.

Sessão	Data	CdC	Livro selecionado	Autor(es)	Dinamizador	Participantes
22	20/10/21	Boticas	O velho e o Mar	Ernest Hemingway	Jaime Costa	52
23	17/11/21	Paredes de Coura	Como a sombra que passa	António Muñoz Molina	Vladimiro Nunes	39
24	15/12/21	UMinho	Terra Fria	Ferreira de Castro	Dr* Assunção Anes Morais	62
25	19/01/21	Paredes de Coura	O vício dos livros	Afonso Cruz	Afonso Cruz	70
26	16/02/21	Vila Verde	Narciso Alves da Cunha - entre a Monarquia e a República	José Augusto Pacheco	José Augusto Pacheco	45
27	16/03/21	Fafe	Engenharia Genética - o futuro já começou	Silvia Curado	Lucília Domingues	60

Tabela 1 - Informação sobre as sessões da Comunidade de Leitores

A Rede Casas do Conhecimento diferencia-se das restantes Unidades Culturais da UMinho, também pelo sistema de videoconferência que possui no espaço B-Lounge da Biblioteca Geral de Gualtar e Azurém, assim como no Largo do Paço. Desta forma, o meu papel durante as diversas atividades da Comunidade de Leitores passou primeiramente pela criação, no *google drive*, do formulário de inscrição da atividade. Esta é uma função da CdC UMinho que posteriormente difunde o *link* da sessão e os cartazes nas diferentes redes sociais da Rede: Facebook, Instagram e Twitter, assim como pelos parceiros. Paralelamente, durante cada sessão, e em colaboração com a minha colega de trabalho

Susana Peixoto, asseguramos o bom funcionamento da mesma, damos entrada aos diversos participantes e realizamos a moderação das perguntas do público.

1.2 Conversas na Casa

A atividade Conversas na Casa é uma iniciativa da Rede Casas do Conhecimento que dá a conhecer pessoas, projetos e boas-práticas desenvolvidas e com impacto nos territórios das Casas do Conhecimento (Anexo 33). Através do diálogo e da partilha, pretende-se dar a conhecer à Rede mais sobre as diferentes comunidades, assim como fomentar a cooperação entre os membros da RCdC para o desenvolvimento de novos projetos colaborativos. Nestas atividades participaram as Casas do Conhecimento da UMinho, Vila Verde, Paredes de Coura, Boticas, Montalegre e Fafe (Anexo 34).

A seguinte tabela apresenta informação sobre as quatro sessões do Conversas na Casa entre fevereiro de 2022 a abril de 2022. Apesar do meu estágio curricular ter terminado em março de 2022, tive oportunidade de organizar e participar nas sessões 7 e 8 da atividade, apresentada na tabela. Houve um total de 205 participantes, num formato presencial nas diferentes Casas do Conhecimento, e *online* através da plataforma *Zoom*.

Sessão	Data	Nome da Sessão	Dinamizadores	Participantes
5	24/02/2022	A Galiza e(m) nós	Cadima Ribeiro, Luís Amaral, Carlos Pazos-Justo, José Gabriel Andrade	30
6	25/03/2022	Língua Portuguesa Global: Comunicar no Panorama Mediático Luso-Brasileiro	José Gabriel Andrade, Isabel Capeloa Gil, Moisés de Lemos Martins, Manuela Martins	65
7	7/04/2022	O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga	Manuela Martins, Maria do Carmo Ribeiro, Ricardo Mar	55
8	7/04/2022	Arquitectura y Urbanismo del Cusco Inka	Ricardo Mar, Ramiro Matos, José Cabellero, Felipe Boado	55

Tabela 2 - Informação sobre as sessões de Conversas na Casa

1.3 Ciclo de Seminários Ribat-On: Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Alto Tâmega

O Ciclo de seminários Ribat-On é uma atividade da Rede das Bibliotecas do Alto Tâmega em parceria com a Rede Casas do Conhecimento, que pretende oferecer aos cidadãos das suas comunidades um ciclo de seminários que visa promover a partilha e o debate de temáticas de interesse para os cidadãos; divulgação da importância da Biblioteca Pública como ‘portal de acesso local ao conhecimento’; motivar a cooperação territorial e o trabalho em rede e fomentar a partilha de boas práticas entre diferentes agentes culturais do território (Anexo 35).

É uma atividade organizada pelas Bibliotecas do Alto Tâmega, em colaboração com a Rede. O meu papel nesta atividade passou pela difusão dos cartazes nas redes sociais da Rede Casas do Conhecimento, de forma a chegarem a mais público e durante a sessão assegurar o funcionamento, a entrada dos participantes, mediação das perguntas e fotografar os diferentes momentos. (Anexo 36)

A seguinte tabela apresenta informação sobre as duas sessões do Ribat-On, que tiveram lugar em novembro e dezembro de 2021. Por ser uma atividade aberta, não há registo de inscrições, porém, foi possível contar um total de 80 pessoas na Casa do Conhecimento de Montalegre, e *online* através da plataforma *Zoom* durante as duas sessões do Ribat-On.

Sessão	Data	Tema	Convidado
5	25/11/2021	O Vinho e a Cultura	Ana Alves
6	14/12/2021	Chaves e os primeiros livros impressos em língua portuguesa	José Barbosa Machado, Ana Virgínia Pinheiro

Tabela 3 - Informação sobre as sessões de Ribat-On

1.4 Curso de Outono da Casa do Conhecimento de Paredes de Coura

O Curso de Outono da Casa do Conhecimento de Paredes de Coura é uma iniciativa organizada pela Casa do Conhecimento de Paredes de Coura, em colaboração com a Casa do Conhecimento da UMinho e o CENFIPE (Centro de Formação das Escolas do Alto Lima e Paredes de Coura), que se realiza desde o ano de 2014. Este curso tem como objetivo debater cenários de inovação para a educação reunindo investigadores e professores da região (Anexo 37).

Em 2021, o Curso de Outono decorreu nos dias 19 e 20 de novembro, num formato híbrido, com foco na educação e tecnologia. O evento contou com a presença do Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira Castro, do Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Pereira, da Vereadora da Educação e Cultura da CM de Paredes de Coura, Maria José Moreira, do Diretor do CENFIPE, José Carlos Fernandes, e do Diretor da Casa do Conhecimento da Universidade do Minho, José Gabriel Andrade. Da Universidade do Minho estiveram presentes José A. Pacheco, José A. Palhares, José Carlos Morgado e Leonor Lima Torres, do Instituto de Educação; Luís Amaral e Henrique Santos, da Escola de Engenharia (Anexo 38).

1.5 Património com Alma

A atividade “Património com Alma” é uma iniciativa conjunta da Casa do Conhecimento de Vila Verde, da Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela e do Serviço de Ação Cultural de Vila Verde, em parceria com a Rede de Casas do Conhecimento, que visa dar a conhecer as características marcantes e pormenores peculiares da diversidade cultural do concelho (Anexo 39).

A seguinte tabela apresenta informação sobre as três sessões do Ribat-On, que decorreram entre setembro e dezembro de 2021. Por ser uma atividade aberta, não há registo de inscrições, porém, foi possível contar um total de 150 pessoas na Casa do Conhecimento de Vila Verde, e *online* através da plataforma *Zoom* durante as duas sessões do Ribat-On. Apesar do meu estágio curricular ter começado oficialmente em outubro, tive oportunidade de participar no Património com Alma, por ter conhecido a atividade através das redes sociais da Rede Casas do Conhecimento.

Sessão	Data	Tema	Convidado
4	30.09.2021	Maçã Porta-da-Loja: uma alma perfumada	José António da Mota Alves, Presidente da Direção da ATAHCA José Raúl de Oliveira Rodrigues, Professor Adjunto da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima/IPVC

5	04.11.2021	O Rococó: a alma de um estilo	Eduardo Pires de Oliveira, Doutorado em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador integrado do Instituto de História de Arte na Universidade de Lisboa, e de Adelino Pinheiro da Silva, fotógrafo
6	09.12.2021	A Alma do Brinquedo e do Brincar	Alberto Nídio Silva, Doutorado em Estudos da Infância, especialidade em Sociologia da Infância, Membro integrado do CIEC do Instituto de Educação da UMinho e Presidente da Direção da ADOL - Casa do Brinquedo e da Brincadeira

Tabela 4 - Informações sobre as sessões património com Alma

1.6 Conversas Nortear

A atividade “Conversas Nortear” é um projeto de intercâmbio cultural, desenvolvido em parceria entre a Consellería de Cultura e Turismo da Xunta de Galicia, a Direção Regional de Cultura do Norte de Portugal e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza – Norte de Portugal, ao qual a Rede Casas do Conhecimento se associou, e decorreu em formato híbrido no dia 24 de agosto.

Este encontro contou com a presença dos escritores Juan Tallon e Ivo Machado e teve a moderação de Gorete Afonso. Estiveram, ainda, presentes Xosé Lago, Sub – Diretor do AECT da Eurorregião Galicia – Norte de Portugal, a Subdirectora General de Bibliotecas de la Xunta de Galicia, Cristina Rubal con lo jefe del Servicio del Libro, José Luis Maestro, João Ribeiro da Silva, Chefe da Divisão de Promoção e Dinamização Cultural e Ana Araújo em representação da Direção Regional de Cultura do Norte (Anexo 40).

1.7 Palestra “Cuidados Visuais Para Ver Melhor o Futuro”

“Cuidados Visuais para Ver Melhor o Futuro” é uma iniciativa da equipa do *Clinical and Experimental Optometry Research Lab* (Ceorlab Uminho) da Escola de Ciências da Universidade do Minho, em colaboração com a Rede Casas do Conhecimento. Esta atividade pretende assinalar o Dia

Mundial da Visão e teve como oradores Professores e Investigadores do *Clinical and Experimental Optometry Research Lab* (António Queirós Pereira, Rute J. Macedo de Araújo, Ana Amorim de Sousa, Sofia C. Peixoto de Matos e Paulo Botelho Fernandes). Esta sessão decorreu em formato online e contou com quarenta e sete inscritos (Anexo 41).

2. Projetos Financiados

Durante o meu estágio curricular na Casa do Conhecimento UMinho, tive oportunidade de participar num conjunto de atividades que foram previstas em projetos nacionais e internacionais. Neste tópico de trabalho irei apresentar os três projetos, o meu contributo e os resultados que obtivemos.

2.1 E-Civitas – Expansão Inter-regional da Rede Casas do Conhecimento

No capítulo IV, ponto 2 deste trabalho, tive oportunidade de abordar a expansão da Rede Casas do Conhecimento até ao Alentejo. Esse processo foi possível graças ao projeto e-Civitas, financiado pelo Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA). Os anexos 29 e 30 foram documentados no evento final realizado em Braga a 6 de junho de 2022. Neste ponto de trabalho apresento os trabalhos e resultados realizados com o projeto.

2.1.1 Plataforma Web de Gestão da Rede Casas do Conhecimento

O projeto e-Civitas trouxe a possibilidade e o financiamento para a criação de raiz de uma plataforma *web* de gestão central da Rede Norte e Alentejo. Os trabalhos começaram no ano de 2021, por uma empresa especializada na criação da plataforma, e o meu trabalho durante o período de estágio foi “alimentar” a mesma, isto é, foram criados *login* para todos os utilizadores da Rede, subdividida por cargos. Posteriormente, foram criadas páginas para cada Casa do Conhecimento. A plataforma estará disponível em português e inglês. Desta forma, a tradução das diversas palavras esteve a meu cargo (Anexo 42).

Como se trata de uma plataforma com o objetivo de agregar o máximo de informação e resultados de eventos propostos e realizados, distingue-se de um simples *website* de consulta. Desta forma, os utilizadores internos possuem uma diferente experiência *web*, em relação aos utilizadores externos. Foi, desta forma, importante no meu trabalho a organização da comunicação interna e externa, de forma a tornar-se acessível e interativa, uma vez que há animadores digitais de várias faixas etárias, a fim de acompanhar todos de igual forma (Anexo 43)

Elaborei um “Manual para Gestão da Plataforma”, um documento que explica a qualquer utilizador interno de que forma poderá criar, alterar ou eliminar qualquer tipo de informação que seja colocada no *website* (Anexo 44).

2.1.2 Sistema de Videoconferência e Transmissão de Imagens

O projeto e-Civitas trouxe, simultaneamente, a promoção e comunicação corporativa, através do desenvolvimento de um plano de comunicação para a Rede Norte e Alentejo, a difusão do sistema de comunicação videoconferência, que tive oportunidade de ir abordando ao longo das atividades da Rede, uma vez que acontecem num formato híbrido graças ao mesmo, e pela implementação de uma TV Corporativa em todas as casas, bem como pela produção de conteúdos de cada evento realizado.

O sistema de comunicação videoconferência é um “ex-libris” diferencial de todas as Casa do Conhecimento. Através do sistema, é possível estabelecer, de forma autónoma e eficaz, contacto com a plataforma *Zoom*, e realizar conferências, seminários ou reuniões com qualquer parte do mundo. Por esta razão, existem várias atividades conjuntas realizadas pela Casa do Conhecimento da UMinho e pelas Unidades Orgânicas e Culturais da UMinho (Anexo 45).

A implementação da TV corporativa foi realizada através da aquisição do *brightsign*, um dispositivo que permite a transmissão multimédia simultânea em várias televisões. O objetivo desta ferramenta passa por transmitir ao minuto, nas diversas Casas, os diferentes conteúdos criados. A criação de conteúdo é realizada em cada evento e atividade da Rede Casas do Conhecimento.

2.2 Projeto Empreende Makers

O projeto *Emprende Makers* foi criado pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha e Portugal (POCTEP) e tem como objetivo principal promover o empreendedorismo entre os jovens através da criação e o desenvolvimento de uma rede baseada nos centros “Fab-Lab” da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, que funcionará como um espaço comum para a inovação tecnológica e criativa. Tem como parceiros na Galiza, a Junta de Galiza, o Concello de Ourense e a Universidade de Vigo. A norte de Portugal, conta com a Universidade do Minho e as câmaras municipais de Famalicão, Paredes de Coura e Melgaço.

Foi assim criada a Academia *Maker*, uma formação em empreendedorismo através das tecnologias *Maker*, destinada a jovens adolescentes e crianças. Tem como objetivo fomentar a inovação

digital e a utilização da tecnologia *maker* através de várias atividades que promovem a resolução de problemas e o trabalho em equipa, numa filosofia *maker* de “Faz tu mesmo”. Pretende-se que os *makers* adquiram novos conhecimentos e que sejam pessoas mais aptas para o futuro mercado de trabalho, ao desenvolverem *soft-skills* imprescindíveis para o seu futuro profissional.

As atividades de sensibilização e formação incluíram diversas tecnologias e áreas do saber, como desenho 2D. Através deste processo de modelação 2D, os jovens puderam criar as suas próprias peças têxteis, desenvolvendo competências de edição, vetorização das imagens e estampagem. Foram desenvolvidos trabalhos de Impressão 3D onde *maker* foi capaz de desenvolver modelação 3D e criar peças a partir da utilização de plástico, uma opção biodegradável e compostável. Por fim, contamos com atividades de Robótica Criativa onde foram desenvolvidas competências eletrónicas, de iniciação à programação, de análise e reflexão através da colaboração em equipa, com objetivo de estimular a criatividade e a inteligência para a criação.

Foram realizadas atividades com plásticos com o objetivo de explicar os diferentes tipos de plástico, assim como as suas características, a trituração e injeção de plástico e o reaproveitamento de materiais. Os objetivos das atividades passaram pela sensibilização da importância da economia circular e reciclagem e pela criação de novos objetivos a partir deste material. Por fim, houve atividades de bordar e costurar, com o objetivo de desenvolver competências de *soft-skills* de bordados e costuras e sensibilização para a adaptação das profissões à indústria 4.0. O envolvimento dos *maker* nestas iniciativas demonstram a importância da tecnologia na sociedade em geral (Anexo 46).

O grande objetivo da CdC UMinho neste trabalho consistiu no aprofundamento do enraizamento da Universidade do Minho na região, através de um melhor aproveitamento dos recursos materiais e formativos disponíveis e que possam ser colocados à disposição da sociedade civil, através da cooperação da Casa com a Rede Casas do Conhecimento.

A Casa do Conhecimento da UMinho realizou formações da Academia *Maker* (para jovens) e Academia *Maker Kids* em Valongo e Vila Verde, com um total de 456 participantes, ao longo de doze sessões.

Data	Atividade	Nº Sessões	Tempo Sessão	Subtotal Horas	Destinatário	Participantes	Local
------	-----------	------------	--------------	----------------	--------------	---------------	-------

16/11/2021	Robótica Criativa	3	2	6	Kids	21	Valongo
17/11/2021	Robótica Criativa	1	2	2	Kids	18	Valongo
18/11/2021	Robótica Criativa	2	2	4	Jovens e Adultos	40	Valongo
19/11/2021	Robótica Criativa	2	2	4	Jovens e Adultos	40	Valongo
31/02/2022	Desenho 2D, Impressão 3D, Robótica Criativa, Criação de brinquedos, Bordados e costura	1	2	2	Kids	72	Vila Verde
31/02/2022	Desenho 2D, Impressão 3D, Robótica Criativa, Criação de brinquedos, Bordados e costura	1	2	2	Kids	72	Vila Verde
01/02/2022	Desenho 2D, Impressão 3D, Robótica Criativa, Criação de brinquedos, Bordados e costura	1	2	2	Kids	68	Vila Verde
26/01/2022	Desenho 2D, impressão 3D	1	2	2	Jovens e Adultos	25	Vila Verde
07/02/2022	Desenho 2D, impressão 3D	1	2	2	Jovens e Adultos	25	Vila Verde
04/03/2022	bordados e costura	1	2	2	Jovens e Adultos	25	Vila Verde
11/03/2022	bordados e costura	1	2	2	Jovens e Adultos	25	Vila Verde
22/04/2022	Desenho 2D, impressão 3D	1	2	2	Jovens e Adultos	25	Vila Verde

Tabela 5 - Atividades do projeto Empreende Makers

Neste projeto tive a responsabilidade de realizar a gestão da informação dos eventos da Casa do Conhecimento na plataforma do *Emprende Makers* (www.emprendemakers.com) (Anexo 47) com a criação de conteúdo, designadamente imagens ou vídeos a promover o evento nas Redes Sociais do *Emprende Makers* e na Rede Casas do Conhecimento.

2.3 Projeto InclusU: The European University for Inclusiveness

O projeto InclusU: *The European University for Inclusiveness* resulta de uma aliança entre sete universidades europeias (Universidade de Malmo - Suécia; Universidade Mykolas Romeris - Lituânia, Universidade de Lille - França; Universidade Europeia de Viadrina - Alemanha; Universidade Babeş-Bolyai University - Roménia; Universidade Wroclaw - Polónia e Universidade do Minho - Portugal) e tem como objetivo desenhar a universidade do século XXI, em parceria com as comunidades locais, de forma a criar educação de qualidade, dentro e fora das universidades, e ajudar no desenvolvimento dos cidadãos, da sociedade e da universidade.

No InclusU, a Universidade do Minho, com a presença da Casa do Conhecimento da UMinho, esteve responsável pelo *working package Community Engagement*, que teve como objetivo identificar e implementar novas formas de interação com as comunidades locais, tendo em consideração os exemplos de cada parceiro.

O projeto começou em fevereiro de 2020, com um concurso a financiamento para a “European Universities”, do Programa Erasmus +, com a temática da inclusão, uma vez que o consórcio das universidades presentes queria valorizar as inúmeras atividades realizadas no seu seio académico. A candidatura não foi bem-sucedida e não houve atribuição de financiamento, porém, o grupo das universidades decidiu prosseguir com os trabalhos e tentar, internamente, arranjar financiamento. Foi no governo francês e alemão que o projeto InclusU encontrou forma de continuar a funcionar.

Tive oportunidade de me candidatar a uma bolsa de jovem investigadora dentro deste projeto e trabalhar diretamente no *working package de Community Engagement*. O objetivo dos trabalhos dentro do *working package* consistia na partilha de boas práticas no campo do envolvimento da comunidade entre os parceiros, e no co-desenvolvimento de um conceito inovador de envolvimento da comunidade, que cada parceiro pudesse implementar na sua instituição. A co-criação de práticas de envolvimento da comunidade dentro da rede e a criação de um *White Paper* sobre *Community Engagement*.

Trabalhei diariamente no projeto de outubro de 2021 a abril de 2022, tornando-se numa oportunidade interessante no meu percurso académico. Por ser o meu primeiro projeto internacional, por ter tido a oportunidade de trabalhar com professores, diretores e vice-reitores e instituições europeias com grande calibre, mas também pelos ensinamentos que me trouxe, e que foram importantes na

elaboração deste trabalho, como podemos perceber no Capítulo II - ponto 2 intitulado “*A relevância do envolvimento das Instituições de Ensino Superior no espaço cívico*”.

Seguindo uma cronologia de acontecimentos no que diz respeito à elaboração do meu trabalho no projeto InclusU, comecei pela revisão sistemática da literatura que realizei sobre o tema *Community Engagement*, a partir da qual, tive percepção das origens do conceito, assim como das grandes obras, autores, avanços e recuos. Simultaneamente, e pelos planos de trabalho, mensalmente houve reuniões com os parceiros, de forma a dar continuidade aos planos, e foi da minha responsabilidade a criação dos guiões de reunião, assim como a preparação da mesma, em conjunto com o Diretor da Casa do Conhecimento, o Professor José Gabriel Andrade, tendo também retirado os respetivos *outputs* para guardar toda a informação.

Um segundo trabalho realizado foi um inventário de boas práticas de envolvimento comunitário realizado por todos os parceiros. O objetivo foi realizar uma autorreflexão sobre as diferentes atividades realizadas no âmbito das Universidades e perceber quais seriam os exemplos a seguir, trocando ideias entre as Academias. Após o inventário, foi realizado um questionário local às Unidades Orgânicas com o intuito de se perceber a interação entre as mesmas e a sociedade civil, tendo saído o seguinte artigo “*InclusU | Community Engagement Best Practices: Best practices of community engagement carried out by the consortium universities*” (Andrade & Mendes, 2022) que se encontra no *Repositorium* da Universidade do Minho (Anexo 48).

Os oito participantes demonstraram que a respetiva Unidade Orgânica trabalha diretamente com a sociedade civil e conseguiram identificar várias atividades realizadas: atividades de intervenção social, palestras, consultas, recitais, protocolos de avaliação das escolas inserem-se na participação próxima e na relação com diferentes agentes sociais. Questionados sobre a forma como interagem diretamente com a sociedade civil, no âmbito da saúde, houve respostas diretas de três inquiridos. Trabalham diretamente com a sociedade através de hospitais, organizações sem fins lucrativos, IPSS, e fazem-no através de estágios, dias abertos e voluntariado. Com um papel predominante ligado à cultura, houve dois inquiridos. Realizam a ponte através de concertos, teatros, exposições, palestras ou consultadoria. Ligado a instituições públicas, houve o contributo de três inquiridos que têm uma intervenção ligada a hospitais, escolas, lares, realizando consultas, avaliação externa de escolas e ações de divulgação.

O plano de interação com a sociedade é elaborado no início do ano pela presidência de cada Escola e compartilhado com a Unidade: docentes, funcionários e alunos. Os inquiridos acreditam que a

Universidade pode criar um diálogo aberto com a sociedade e tornar-se uma “voz” representativa da comunidade através da organização de atividades culturais, associadas às unidades, câmaras municipais e dos diversos agentes e difusores do conhecimento. Identificam a Rede Casas do Conhecimento como uma boa opção de difusão da mensagem, pela sua proximidade territorial com espaços vizinhos da cidade de Braga.

3. Exposições da Galeria do Paço em Parceria com a Casa do Conhecimento da UMinho.

A Galeria do Paço foi criada, juntamente com a Loja do Paço, no ano de 2019, e está situada na ala nascente do Largo do Paço, na Reitoria da Universidade do Minho. O espaço apresenta-se como um elo de ligação à comunidade através das diversas exposições temáticas que oferece de forma gratuita a todos os públicos.

Com a criação da Casa do Conhecimento da UMinho no Paço, localizada no 1.º Piso da Galeria do Paço, foi importante agrupar todas as exposições e abri-las a toda a Rede Casas do Conhecimento. Desta forma, a Galeria e a Casa do Conhecimento da UMinho trabalharam para receber essas exposições e chegar a um público maior. Neste tópico de trabalho, irei apresentar as diferentes exposições que ocorreram durante o meu estágio.

3.1 Encontros da imagem: Génesis 2:1

A primeira exposição que tive oportunidade de acompanhar no Paço foi a 31.ª edição dos Encontros da Imagem – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais, com o tema Génesis 2:1, que decorreu entre 17 de setembro e 31 de outubro de 2021. Entre as muitas outras atividades em toda a cidade de Braga, o Festival englobou quarenta e sete exposições, distribuídas por vinte e cinco espaços distintos, envolvendo a participação de sessenta e quatro fotógrafos (Anexo 49).

A temática em torno de GÉNESIS 2:1 dá continuidade ao tema do ano passado e, nunca um tema escolhido, se enquadrava tão bem no contexto da atualidade. Um ano depois, voltamos também nós e todo o mundo – em resultado da crise pandémica provocada pelo Covid-19, de novo, a ter que passar por um confinamento generalizado. Gerou-se a confusão e o caos. Uma incapacidade coletiva para compreender a desordem das coisas, confrontando a humanidade com desafios cada vez mais complexos e exigentes. A sociedade contemporânea está desde há muito, perante enormes desafios de

carácter global: desde as questões relacionadas com o planeta e os seus problemas ecológicos — perda da biodiversidade, alterações climáticas, aquecimento e contaminação — até às civilizações que o habitam, onde muitas delas geram novas desigualdades e indiferença moral — regimes políticos, religiosos, fronteiras, refugiados, racismo, questões de género e muitas outras (Imagem, A. E., 2021, p.5).

3.2 Braga em Risco

O encontro *Braga em Risco* decorreu de 6 a 21 de novembro de 2021, e teve como principal objetivo a celebração da ilustração, do livro e da literatura infantojuvenil. As obras estiveram em exposição no Edifício do Castelo, Casa dos Crivos, Galeria do Paço, Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e na Livraria Centésima Página. Apesar do festival ter sido celebrado no mês de novembro, a exposição ficou na Galeria do Paço até janeiro de 2022, tendo interagido com inúmeras crianças, famílias e visitantes de todo o mundo. A galeria do Paço serviu para o arranque da atividade, que contou com apresentações de livros, horas de conto, cinema de animação, tertúlias e duas *Masterclass*. A programação incluiu espetáculos de teatro e de marionetas e oficinas de ilustração (Anexo 50).

3.3 O Direito Sobre Si Mesmo: 150 anos Da Abolição Da Escravatura No Império Português

A terceira exposição que tive oportunidade de acompanhar durante o meu estágio na Casa do Conhecimento da UMinho começou em novembro de 2021 e terminou em janeiro de 2022. Teve como nome *o direito sobre si mesmo: 150 anos de abolição da escravatura no império português* e teve como objetivo contribuir para o conhecimento da abolição da escravatura em Portugal, com ponto de partida no decreto de 25 fevereiro de 1869, e a partir daí analisar de que forma o tema foi conhecendo novos desenvolvimentos ao longo da História. Os organizadores da exposição itinerária defendem que *A abolição da escravidão não foi um evento, mas sim um processo atribulado e ambivalente, a muitos níveis e em muitos sentidos, que esta mostra pretende analisar* (Parlamento, 2019).

Para além da exposição física durante três meses, a Universidade promoveu uma mesa-redonda sobre o tema, com a participação dos organizadores da exposição Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, enquanto moderadores, assim como de docentes do Instituto de Ciências Sociais, Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas, do docente da Escola de Economia e Gestão, Luís Aguiar-Conraria, e da deputada do Bloco de Esquerda, Beatriz Gomes Dias. A iniciativa foi

considerada *fundamental* para *preservar a memória histórica* e para *promover uma reflexão cívica de toda a comunidade*, e como uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para a “consolidação da cultura de direitos humanos” (Redação, 2021) (Anexo 51).

3.4 Luz de Setembro - Tiago Madaleno

Entre fevereiro e março de 2022, a Galeria do Paço acolheu a exposição de pintura “Luz de Setembro”, de Tiago Madaleno. Para além da exposição, houve uma visita guiada pelo artista portuense, seguida de uma conversa entre o mesmo e António de Castro Caeiro, moderado por Marta Mestre. A visita guiada e conversa foram transmitidas em direto para a Rede Casas do Conhecimento. O meu trabalho foi assegurar a ligação, e a transmissão da mesma (Anexo 52).

A exposição de pintura refletiu sobre a representação de uma ideia de *amor enquanto acontecimento duradouro, enquanto performance no tempo* e, segundo o autor, *tem como ponto de partida uma situação de incomunicabilidade entre duas personagens que se amam – uma figura cuidadora e uma que necessita de cuidados. Através de pinturas que evocam tanto a escala e a vocação narrativa da pintura histórica, como a ambição de magia por detrás do gesto íntimo, repetitivo, da prática ex-votiva, reflete-se sobre as tensões inerentes à representação do drama amoroso*, lê-se na sinopse da obra que esteve em exposição na Galeria do Paço, em Braga.

3.5 Seara Nova – 100 Anos de Ação e Pensamento Crítico"

A última exposição que acompanhei está relacionada com a revista centenária Seara Nova, intitulada “Seara Nova - 100 anos de Ação e Pensamento Crítico” e esteve presente na Galeria do Paço, de março de 2022 a abril de 2022. A exposição incluiu um conjunto de trabalhos plásticos de Jorge dos Reis, intitulado “O Lápis Não Rasga o Papel”. Na Galeria do Paço esteve também o documentário “Há cem anos, a Seara Nova”, de Diana Andringa. Foi uma iniciativa da Universidade do Minho em colaboração com a Rede Casas do Conhecimento. A par da exposição, houve um debate, a 8 de abril, intitulado “Que Seara Nova para os próximos 100 anos?” A sessão contou com a presença do Reitor, Rui Vieira de Castro, da Vice-reitora para a Cultura e Território, Joana Aguiar e Silva, e do Diretor da “Seara Nova”, João Luiz Madeira Lopes, entre outros (Anexo 53).

Capítulo VI - Reflexões/Limitações

A elaboração deste relatório de estágio divide-se em duas partes: uma reflexão sobre a evolução patrimonial e salvaguarda do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, e uma segunda sobre o papel da Casa do Conhecimento da UMinho, enquanto Unidade Cultural localizada no Paço, e o seu envolvimento comunitário. A primeira parte foi realizada através da pesquisa, análise de fontes e bibliografia, enquanto a segunda foi realizada, diariamente, no terreno, através das diferentes atividades e momentos que iam acontecendo durante o estágio curricular. Mas a verdade é uma: ambas se complementam, por terem permitido conhecer diferentes cantos do Paço e constatar a sua importância para a cidade de Braga.

As Unidades Culturais da Universidade do Minho são uma porta aberta à sociedade, um ponto de conexão e partilha de conhecimento, uma lembrança da importância social de uma Universidade no território, através do estabelecimento de laços, quer pelo território, quer pela cultura, que serão para sempre considerados formas de aproximar.

O trabalho de um projeto como a Rede Casas do Conhecimento tem um papel enorme no manto territorial, não só por aproximar a universidade e os seus diferentes protagonistas da sociedade, mas também por levar a todos, de forma livre e acessível, o conhecimento. Existem até à data dez Casas do Conhecimento espalhadas pelo Alto Minho e Tâmega, em espaços onde a Universidade não chega diretamente, por não estar presente fisicamente no território, mas através destes espaços o afastamento reduz-se e a interação é primordial. Neste sentido, o projeto acaba por ser apaixonante, mas também desafiador pelo número de pessoas que alberga.

A pandemia trouxe uma aproximação da sociedade ao digital, na impossibilidade de juntar amigos ou família, recorrendo-se à videochamada no telemóvel ou computador. O teletrabalho tornou-se uma realidade, que se prolongou no pós-covid, pelas mais-valias que pode trazer tanto ao trabalhador como ao empregador (Andrade, 2020).

Mas com o afastamento dos ares pandêmicos, a sociedade voltou-se novamente para o trabalho presencial. Uma dificuldade que se verifica nas atividades em Rede é perceber como atrair os diferentes públicos, mesmo colocando em prática um regime híbrido, com a videoconferência presente nos espaços da Rede. O horário das atividades, muitas vezes num registo pós-laboral, também torna difícil, em muitos casos, a presença de participantes, uma vez que a rotina semanal de casa-trabalho é uma

realidade de muitas famílias. Existem casos específicos de atividades realizadas diretamente com escolas que acabam por ter uma grande aderência, mas mesmo nestes casos a captação de interesse dos jovens pode ser um desafio, pelo carácter de obrigatoriedade imposto pelas escolas (Dias et al., 2020).

Outro aspeto a considerar como limitação é a atração de públicos, não só de novos, mas dos que já estão fidelizados. A temática das atividades é diferente, mas, em muitos casos, segue o mesmo registo, o que pode causar desmotivação dos potenciais interessados. Finalmente, como última limitação, é de referir, a falta de recursos humanos nas Casas. Todos os animadores culturais com quem tive oportunidade de trabalhar são profissionais dedicados “à causa”, mas muitos deles estão a acumular várias funções. Um caso isolado e de sucesso é a Casa do Conhecimento de Vila Verde, que tem um espaço próprio, quatro colaboradores e uma agenda anual de diferentes atividades. O que costuma acontecer é a anexação do projeto ao plano de atividades das bibliotecas dos municípios (Andrade, 2020).

Este registo de interação "universidade-município-sociedade" pode sofrer abalos com a mudança de governos locais. Existem Casas que não estavam a funcionar, muito pela falta de motivação municipal em continuar o projeto.

Apesar das limitações que todos os projetos têm, a Rede Casas do Conhecimento tem tudo para crescer e expandir-se nos próximos anos. A própria aposta na expansão interregional, com a chegada ao Alentejo, através do projeto “E-civitas”, mostra a relevância nacional que um projeto como este, que estimula a terceira missão das universidades e coloca-as no centro social, pode ter. No país, não existe um projeto como este e a ambição de amplificação da Rede é um dos objetivos anuais. De momento, as Casas inativas deixaram de fazer parte da Rede e está na mesa a criação de mais duas Casas, em Arcos de Valdevez e em Chaves.

Assim, o futuro da Rede está à vista.

Conclusão

Olhar e preservar o património é garantir a preservação da memória e cultura local, regional e nacional. O objetivo deste relatório de estágio relaciona-se com a abertura do Antigo Paço Arqueiepiscopal de Braga, atual reitoria da Universidade do Minho à sociedade civil através do trabalho estabelecido pela Casa do Conhecimento da UMinho e respetiva Rede Casas do Conhecimento. A metodologia utilizada ao longo do trabalho foi Investigação-Ação, que me proporcionou um conhecimento amplo sobre todos os aspetos de intervenção da CdC UMinho e RCdC.

O Paço, ou “Paços” não é um conjunto único realizado num curto espaço de tempo, mas sim um edifício arquitetónico composto pelo corpo medieval (a Norte); o corpo moderno (a Sul - século XVI, XVII, XVIII) e barroco (a Poente), também conhecido como Paço de D. José de Bragança. Com a promulgação da Carta de Lei de 19 de julho de 1790, foi extinto o Senhorio de Braga e começou assim o declínio da utilização do Paço Arcebispal, ficando aos poucos desocupado. No ano de 1910 deu-se a implantação da República e a consequente Lei da Separação do Estado das igrejas, que conduziu à desocupação do Paço pelo arcebispo e pelo clérigo bracarense e consequente nacionalização do Paço e instalação de serviços públicos. Em 1920, foi elaborado um projeto para adaptar a ala barroca, criada por D. José de Bragança, a Biblioteca e o Arquivo. Apesar dos esforços, o financiamento só chegou em 1930, graças à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Foi possível criar um repositório de informações sobre a cidade e o Paço.

O Paço continuou a ser utilizado para serviços públicos e pelo Museu D. Diogo de Sousa até ao ano de 1973. O Estado cedeu o espaço à Universidade do Minho, que havia sido criada nesse mesmo ano, sendo uma das “novas universidades”. O primeiro ano letivo da Instituição deu-se em 1975/1976. Ao longo das últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, o envolvimento das instituições de ensino superior no espaço cívico ganhou uma relevância substancial. Assim, a “terceira missão” das instituições de ensino superior passam por auxiliar no desenvolvimento social, cultural e económico da sociedade onde está inserida. Também a salvaguarda do património enquanto terceira missão é um foco das instituições. No ano de 1986 foi criado o Conselho Cultural da UMinho, graças à importância das unidades culturais na região, uma vez que proporcionam soluções e prestam um serviço mais direto à comunidade.

O conceito 'Casa do Conhecimento' surgiu, em 2004, na Universidade do Minho, em colaboração com a Câmara Municipal de Vila Verde. O propósito do projeto passou por criar uma infraestrutura física, tecnológica e humana que atuasse na região do Alto Minho e Tâmega, como um elemento dinamizador da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento. O objetivo estava alinhado com as ambições europeias para o ensino superior, que procuram nas universidades uma referência de excelência não só na educação, como na investigação e interação com a sociedade. A Casa do Conhecimento da UMinho surgiu como “uma outra dimensão da universidade”, de forma a reforçar o seu papel de agente ativo na região, de forma a tornar-se uma Universidade sem muros que está ao serviço da região.

A criação foi formalizada no âmbito da candidatura um Projeto, concretizada entre 2011 e 2013, com participação da Universidade do Minho, do Centro de Computação Gráfica e dos municípios de Vila Verde, Paredes de Coura, Fafe e Vieira do Minho. Foram equipadas cinco Casas do Conhecimento, uma delas dentro da própria Universidade do Minho. Novos membros foram integrando o projeto: as autarquias de Boticas (2012), Montalegre (2013), Ponte da Barca (2013) e Trofa (2013). Em 2021, o Município de Valongo aderiu à Rede. Estão ainda em fase de adesão os municípios de Arcos de Valdevez, Chaves e Melgaço, estimando-se a sua entrada em 2023. No ano de 2018, deu-se uma ampliação geográfica da Rede Casas do Conhecimento na região do Alentejo, graças a um projeto de copromoção entre a Universidade do Minho e a Universidade de Évora, chamado e-Civitas, estabelecendo a Rede Norte, e Rede Alentejo.

Nos seis meses de estágio tive oportunidade de desenvolver e participar numa série de atividades e projetos elaborados pela Casa do Conhecimento da UMinho e da Rede. O meu trabalho passou pela criação dos formulários de inscrição, difusão dos cartazes nas redes sociais, assegurar o funcionamento das sessões, a entrada dos participantes, mediação das perguntas e fotografar os diferentes momentos. As atividades exploradas neste relatório, nas quais tive oportunidade de participar durante os seis meses de estágio foram a Comunidade de Leitores, Conversas na Casa, Ciclo de Seminários do RIBAT-On, Curso de Outono, Património com Alma, Conversas Nortear e a Palestra “Cuidados Visuais para ver melhor o futuro”. Para além disso, tive oportunidade de participar em três projetos, e-civitas, Empreende Makers e InclusU. Deste último fui bolsista de investigação. Por fim, foram realizadas exposições em colaboração com a Galeria do Paço, situado na ala nascente, junto à Casa do Conhecimento. Assim, contamos com a colaboração nas exposições Encontro de Imagem, Braga em

Risco, o direito sobre si mesmo: 150 anos da abolição da escravatura no império português, Luz de setembro e Seara Nova - 100 anos de Ação e Pensamento Crítico.

A elaboração do estágio curricular foi realizada no pós-pandemia. Mesmo assim, a Rede manteve bastante atividade, graças ao sistema de videoconferência, que possibilitou o prosseguimento das atividades planeadas e estimulou a aproximação da sociedade ao digital, pela impossibilidade do presencial. Com o retomar das atividades físicas, surgiram algumas limitações ao projeto, como a necessidade social de interagir, nesta nova fase pós-pandêmica, no presencial, e respetivo “cansaço digital”; a atração de novos públicos, não só de novos, mas dos fidelizados e a falta de recursos, em muitos municípios. Apesar das limitações, que são possíveis de encontrar em qualquer projeto, existe uma ambição da ampliação da Rede, e os números de participantes e *feedback* nas atividades mostram não só a necessidade da continuação dos trabalhos, como a importância do estabelecimento desta Rede, que é uma interação entre a sociedade civil e a Universidade.

Terminada a reflexão sobre o trabalho desenvolvido ao longo deste relatório de estágio, existem algumas questões que acredito serem importantes responder. A primeira, “Quais foram as principais aprendizagens desta experiência?” Acredito que temos muito a aprender com todas as pessoas que se cruzam diariamente no nosso trabalho. Durante os seis meses de estágio curricular, trabalhei com pessoas de realidades sociais, graus académicos, e ambições diferentes, mas todas possuíam um aspeto em comum: uma necessidade de comunicar sobre o que as move na vida. Em cada atividade promovida pela Rede Casas do Conhecimento, aprendi algo diferente, não só com os oradores e os seus ensinamentos, mas pela troca de opiniões e testemunhos de cada participante, até porque um momento comum pode ter perspetivas de entendimento diferentes. Debates sobre o património, cultura, literacia e a forma de chegar a mais públicos, de conhecer e difundir novas práticas, porque o conhecimento não tem fim, e que há espaço para compreender um pouco mais sobre cada tema, pela experiência do outro. Para além de ter conhecido inúmeras pessoas com quem troquei conhecimentos e opiniões, trabalhei nas áreas que despertam mais interesse, designadamente a salvaguarda do património cultural através da sua comunicação efetiva, a educação patrimonial dos vários agentes que conhecem diariamente o espaço e o envolvimento comunitário das instituições de ensino superior. Diariamente, procurei compreender o Paço e as suas modificações ao longo dos séculos e através das diferentes atividades criadas, tivemos oportunidade de abrir as portas do espaço à população, tornando num espaço comum de aquisição de conhecimento a todos os visitantes.

Por fim, acho importante refletir sobre a questão “Conseguiste o teu objetivo?” A resposta é sim, mas com a crença de que existe ainda muito a fazer. A Casa do Conhecimento da Universidade do Minho, como vimos através deste trabalho, tem presença no Paço desde novembro 2021. Desta forma, este trabalho apresenta-se como um reflexo dos primeiros passos da unidade cultural no espaço. Foram várias as atividades e mais de quinhentas pessoas que, durante os seis meses do meu estágio curricular, tiveram oportunidade de conhecer o Paço através das atividades da Rede Casas do Conhecimento e das exposições em parceria com a Galeria do Paço. A abertura do edifício histórico do Paço, atual reitoria da UMinho à sociedade foi e continua a ser feita diariamente através da CdC UMinho, por intermédio dos recursos digitais neste espaço físico, para continuar a chegar aos públicos fidelizados e atrair novos públicos-alvo, graças à interação com as diversas Escolas e Institutos da Universidade, ou pelos diversos turistas que passam pelas exposições e pela loja da Galeria do Paço, valorizando assim este património local.

Fontes Impressas:

Braga, D. (1989/91). Mapa das Ruas de Braga. Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa.

<http://www.adb.uminho.pt/ModuleLeft.aspx?mdl=~ /Modules/Generic/GenericView.ascx&ItemID=6&Mid=40&lang=pt-PT&pageid=27&tabid=8>

Braun, G., & Hogenberg, F. (1598). *Nova Bracarae Auguste Descriptio*. Colonia.

<https://am.uc.pt/viewer/45122>

Soares, A. (1756/1757). *Mappa da cidade de Braga Primas*. Biblioteca Nacional da Ajuda.

<http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1918218>

Bibliografia

Amaral, L., & Amaro, C. (2015). *Rede Casas do Conhecimento: Promoção da Sociedade de Informação em contextos locais*. VIII World Congress on Communication and Arts.

<https://copec.eu/congresses/wcca2015/proc/works/23.pdf>

Andrade, J. G. (2020). A emoção na comunicação de crise – aprendizagens de uma pandemia. In M. Oliveira; H. Machado; J. Sarmento & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 109-113). UMinho Editora.

Andrade, J. G., & Mendes, D. (2022). *InclusU | Community Engagement Best Practices: Best practices of community engagement carried out by the consortium universities*. Retirado de

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76620>

Anselmo, A. (1989). Um documento iconográfico precioso até agora desconhecido: a aguarela de Viana no século XVII. *Cadernos Vianenses*, 13, 107-112.

Bandeira, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento.

Bandeira, M. S. M.; e Moreira, Luís (2019). A urbivisão de Braga atribuída a André Soares: o Mappa da Cidade de Braga Primas. In E.P. Oliveira, *18 olhares sobre André Soares*, I, (pp. 109-137). Braga.

Barroca, M. J. (2017). *No tempo de D. Afonso Henriques: Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Bessa, P. (2013). *O "Paço": Os Paços Arcebispaes de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*. Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/34437>

Boas, S. V. (2021). A justiça e a disciplina em D. Rodrigo de Moura Teles: a intemporalidade da pastoral de 1706 e de 1715. In P. Abreu, A. de Oliveira, R. Sousa, L. Rodrigues, E. Gonçalves, & V. Pereira (Eds.), *Os sete castelos: D. Rodrigo de Moura Teles*. (pp. 123-130). Porto: Instituto Universitário da Maia.

Bok, D. (1982). *Beyond the ivory tower: Social responsibilities of the modern university*. Harvard University Press.

Boyer, E. (1996). *The scholarship of engagement*. EUA: Journal of Public Service and Outreach.

Bruning, S. D., McGrew, S., & Cooper, M. (2006). Town–gown relationships: Exploring University–Community engagement from the perspective of community members. *Public Relations Review*, 32 (2), pp. 125-130. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2006.02.005>

Choay, F. (2011). *As Questões do Património - Antologia para um Combate*. Edições 70.

Chung, E., & Coates, T. (2018). Student community engagement: Insight from Australia. *International Journal of Service Management and Sustainability*. 3 (1), pp. 29-54. <https://doi.org/10.24191/ijsms.v3i1.8040>

Conhecimento, R.C. (2022). *Modelo de Governação*. Braga: Rede Casas do Conhecimento.

Costa, A. (1990). D. Diogo de Sousa, Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Costa, A. de J. (1993). Memorial das obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa escrito pelo cônego Tristão Luís entre 1532 e 1565. In *D. Diogo de Sousa : novo fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura* (p. 114).

Costa, A. J. (1993). D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz anos 900 anos da Dedicção da Catedral* (pp. 15-118). Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Costa, A. J. (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. I (2ª edição). Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

Costa, L. (1996). O património do Paço episcopal de Braga em 1911. *Mínia, 3ª série (4)*, 187-206.

Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. & Vieira, S. (2009) Investigação-ação: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*. Vol. XIII (nº2), pp. 355-379.

Cunha, R. (1989). *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução Fac-Similada de exemplar de 1635. Porto: Barbosa & Xavier, Lda.

Dias, P., Pessôa, C. & Andrade, J. G. (2020). *Brand communication on Instagram during the COVID-19 pandemic: perceptions of users and brands*. (Comunicação oral.) Congresso IAMCR, Tampere, Finlândia.

Feio, A. (1920). *A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas*. Forgotten Books.

Feio, A., Nunes, H., & Oliveira, E. (1984). *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga: Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga.

Ferreira, J. A. (1928-1934). *Fastos episcopales da igreja primacial bracarense* (sec. III-XX). 4 volumes. Braga: Mitra Bracarense.

Fisher, R., Fabricant, M., & Simmons, L. (2004). Understanding Contemporary University-Community connections. *Journal of Community Practice*, 12(3), pp. 13–34.
https://doi.org/10.1300/j125v12n03_02

Imagem, A. E. (2021). *31º Encontros da Imagem: Génesis 2.1*. Braga: UMinho Editora.

Koekkoek, A., Ham, M., & VKleinmans, R. (2021). Unraveling University-Community engagement: A literature review. *Journal of Higher Education Outreach and Engagement*. Vol. 25 (1), pp. 3-23.
<https://openjournals.libs.uga.edu/jheoe/article/view/1586>.

M.M. Oliveira. (2019). *Abrir “O Paço” à cidade*. Braga: UMinho Editora.
<https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/2>

Marques, J. (1986). O Castelo de Braga (1350-1450). *Mínia*, 8, pp. 5-34.

Martins, G. O. (2020). *Patrimônio cultural: realidade viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martins, M., Mar, R., & Ribeiro, M. do C. (2021). *O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga*. UMinho Editora.

Mattoso José, & Sousa, A. de. (1997). *História de Portugal - A Monarquia Feudal (1096-1480)* (Vol. 2). Ed. Estampa.

Minho, Universidade do. (1979). *Guia da Universidade do Minho 1979-1980*. Braga: Imp. Serviços Reprografia e Publicações da Universidade do Minho.

Mtawa, N., Fongwa, N., & Wangenge-Ouma, G. (2016). The scholarship of University-Community engagement: Interrogating Boyer's model. *International Journal of Educational Development*, 49, pp. 126–133. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2016.01.007>

Neto, M. J. B. (2011). *Memória, propaganda e poder. O restauro dos Monumentos Nacionais*. Porto: FAUP.

Nunes, H. B., Oliveira, M., Oliveira, M. M., Ribeiro, R., & Ferreira, F. F. M. (2014). *História da Universidade do Minho: 1973, 1974, 2014*. Universidade do Minho / Fundação Carlos Lloyd Braga.

Oliveira, E. P. (2011). *André Soares e o rococó do Minho*. Porto: Ed. Autor.

Oliveira, E. P. (2013). A Galeria do Antigo Paço Arquiepiscopal e os livros. *Fórum*, 49-50, pp. 109-122.

Oliveira, M. M. (2014). A espacialização da universidade. In F. M. Ferreira; H.M.B. Nunes; M. C. F. Oliveira; R. Ribeiro; & M. M. Oliveira, *Historia da Universidade do Minho 1973/1974-2014* (pp. 225-283). Braga: Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/33857>

Oliveira, M. M. (2019). *Abrir 'o Paço' à Cidade*. Braga: UMinho Editora.

Orsies. (2018). *Livro verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior*. Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior.

Pinho, E. (2011). Património Cultural da Nação: Bens culturais móveis classificados, inventariados ou arrolados. *Direção-Geral Do Património Cultural*. https://doi.org/https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimoniomovel novo/historial_b m ci_2011.pdf

Prata, J. (2010). *A emergência da noção de Património*. Lisboa :Universidade de Lisboa.

Quezada, R. G. (2015). El Voluntariado Universitario Como ámbito de aprendizaje servicio Y emprendimiento social: Un estudio de caso. *Ultima Década*, 23(43), pp. 235–260. <https://doi.org/10.4067/s0718-22362015000200009>

Ramos, P. (2005). O alvará régio de 20 de agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º marquês de Abrantes: uma leitura. In *“Discursos [Em linha] : língua, cultura e sociedade”*. Lisboa: Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4320>

Ribeiro, M. C. (2011). *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*. Coleção Sítios com História. Braga: Universidade do Minho.

Ribeiro, M. C. (2017). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In G. Cavero Domínguez, *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes*

e identidades en la Edad Media (XII-XV). III. La Ciudad y su discurso (pp. 9-40). Léon: Universidad de León. <http://hdl.handle.net/1822/54607>

Rocha, M. J. M. (1996). *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquiteto de Braga (1693-1751)*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.

Silva, L. C. (2004). *Biobibliografia sobre a universidade*. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos.

Silva, S. (2022). Comunicar a Responsabilidade Social: Um Modelo de Atuação para as Universidades Públicas Portuguesas. *Editora LabCom*. Retirado de: https://labcomca.ubi.pt/wp-content/uploads/2022/10/202202_ComResponSocial_SoniaSilva-1.pdf

Stoer, S. (1986). *Educação e mudança social em Portugal: 1970-80, uma década de transição*. Lisboa: Edições Afrontamento.

UMinho, A. R. (2013). Crescer para ganhar o futuro. 2013/17. Braga-Guimarães.

UNESCO. (2009). *The 2009 Framework for Cultural Statistics*. Unesco Institute for Statistics.

Vasconcelos, M. A. J. (1988). O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no séc. XVIII. *Forum*, 4, 91-101.

Vasconcelos, M. A. J. (1992). Breve notícia das obras realizadas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal. *Forum*, 11, 2-8.

Vasconcelos, M. A. J. (1997). Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança. *Forum*, 22, 65-84.

Webgrafia:

Amaral, L. (2018, 15 de maio). Notas sobre a terceira missão da universidade. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/05/15/sociedade/opiniao/notas-sobre-a-terceira-missao-da-universidade-1830034>

Andrade, J. G. (2020, 19 de outubro). *Comunidades online: um desafio para a comunicação estratégica*. CreateLab. Consultado a 20 de dezembro 2022. <http://createlab.pt/comunidades-online-um-desafio-para-a-comunicacao-estrategica/>

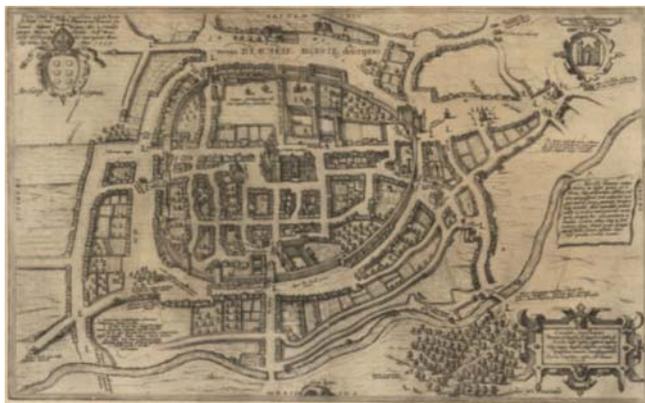
Andrade, J. G. (2021). Universidade e Comunidade a Casa do Conhecimento no Largo da Paço. *Público*. <https://doi.org/https://www.in.pt/opiniao/convidados/universidade-e-comunidade-a-casa-do-conhecimento-no-largo-da-paco-14351531.html>

Arqueologia, U. (2022). *Apresentação*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Consultado a 8 de setembro de 2022. <http://www.uaum.uminho.pt/index.php?pg=ap&subpg=hi>

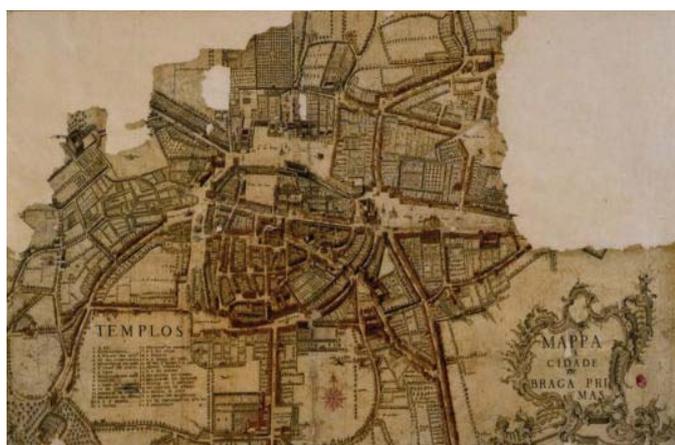
- Braga, B. P. (2022). *BPB um lugar para todos - História*. Biblioteca Pública de Braga. Consultado a 7 de dezembro de 2023. <http://www.bpb.uminho.pt/?page=0&spage=1>
- Geral, C. (2017). *Mobilizar, Desenvolver e Transformar! Candidatura a Reitor da Universidade do Minho*. Braga. Consultado a 15 de janeiro de 2023 http://www.conselhogeral.uminho.pt/Uploads/Cand%20Reitor_RVC_PlanoA%C3%A7%C3%A3o_CV.pdf
- InclusU. (2021). *About us*. InclusU.Eu Consultado a 10 de setembro de 2022. <https://www.inclusu.eu/about-us>
- Lusíadas, C. E. (2022). *Apresentação*. Cel UMinho. Consultado a 17 de janeiro de 2023. <http://www.cel.uminho.pt/Default.aspx?tabid=10&pageid=22&lang=pt-PT>
- Lusofonia, M. V. (2022). *Apresentação*. Museu Virtual da Lusofonia. Consultado a 2 de setembro de 2022. <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/o-museu/apresentacao/>
- Minho, U. (2022). *Unidades Culturais*. Universidade do Minho. Consultado a 11 de setembro de 2022. <https://www.uminho.pt/PT/Unidades/Unidades-Culturais>
- Monção, C. M. (2022). *Apresentação*. Casa-Museu de Monção. Consultado a 10 de dezembro de 2023. <http://www.casamuseumoncao.uminho.pt/>
- Parlamento. (2019). *Abolição da Escravatura*. Obtido do website do Parlamento: <https://abolicaoescravatura.parlamento.pt/>
- Redação. (2021, dezembro 10). UMinho promove discussão sobre os 150 anos da Abolição da Escravatura em Portugal. *Rádio Universitária do Minho*. <https://rum.pt/news/uminho-promovenbspdiscussao-sobre-os-150-anos-da-abolicao-da-escravatura-em-portugal>
- República, A. (2021). *Constituição Portuguesa da República*. Parlamento. Consultado a 11 de janeiro de 2023. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/crp-2021-net.pdf>
- Silva, M. N. (2022). *Apresentação*. Museu Nogueira da Silva. Consultado a 14 de setembro de 2022. <http://www.mns.uminho.pt/>
- UÉvora. (2020). *Expansão inter-regional da Rede Casas do Conhecimento*. UÉvora. Consultado a 6 de julho de 2022. <https://www.uevora.pt/investigar/projetos?id=3995>

Anexos

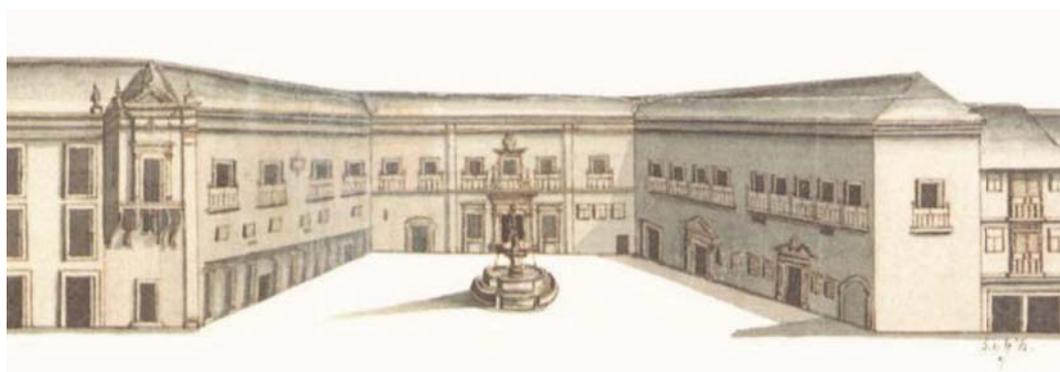
Anexo 1: Mapa “*Nova Bracaræ Auguste descriptio*”, volume V da obra *Civitates Orbis Terrarum* da autoria de George Braun e Frans Hogenberg, publicada em Colónia, entre 1572 e 1617. Fonte: Arquivo Distrital de Braga.



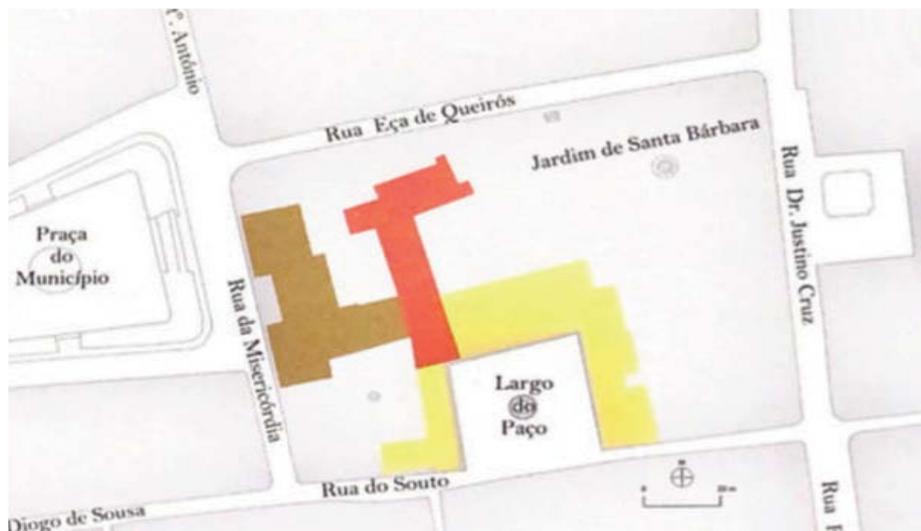
Anexo 2: Mappa de Braga Primas, André Soares, 1756. Fonte: Biblioteca da Ajuda.



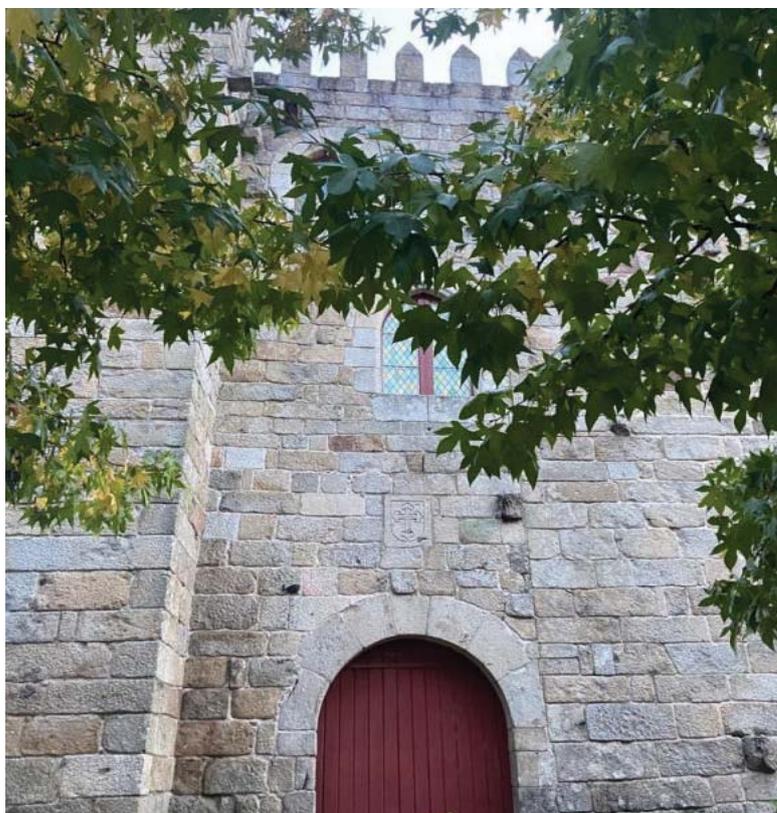
Anexo 3: *Mappa das Ruas de Braga*, 1750. Fonte: Arquivo Distrital de Braga.



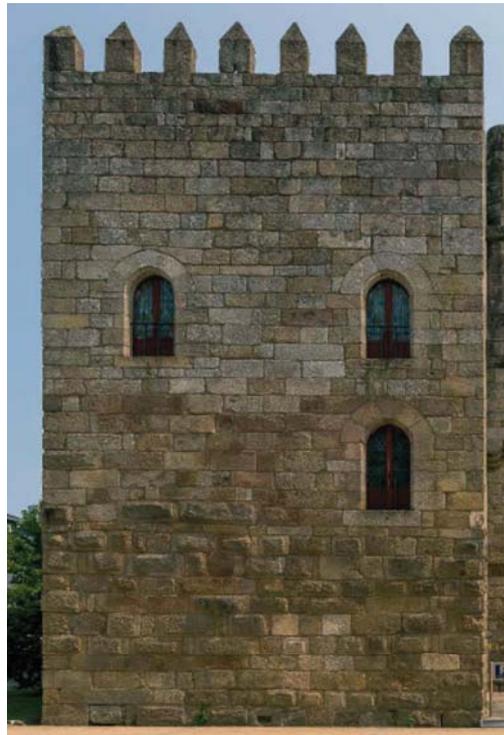
Anexo 4: Localização geográfica do Antigo Paço Arqueiepiscopal de Braga dividido cronologicamente: Corpo Medieval (vermelho), Moderno (amarelo) e Barroco a Castanho. Fonte: “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



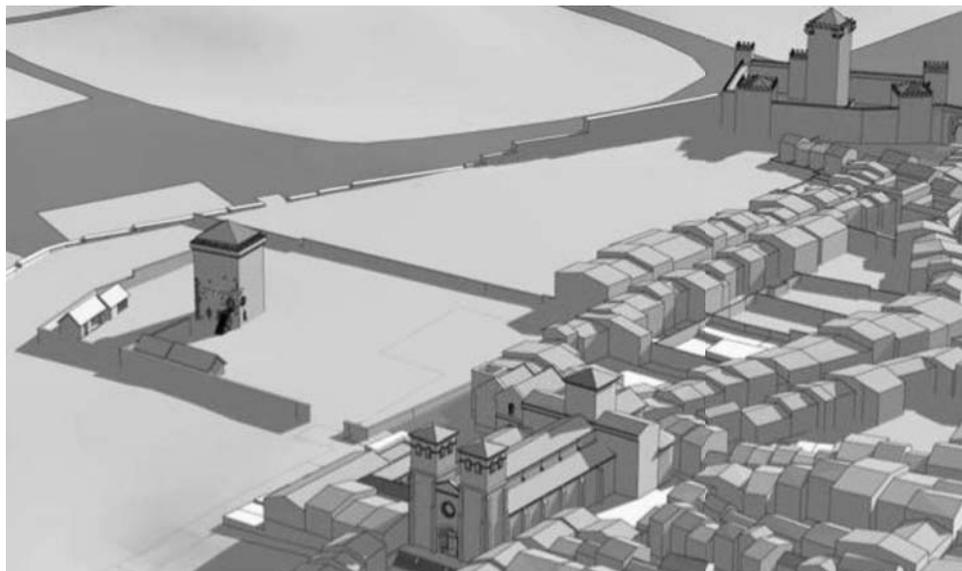
Anexo 5: Brasão de armas de D. Gonçalo Pereira no Paço Medieval. Fonte: Obra “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



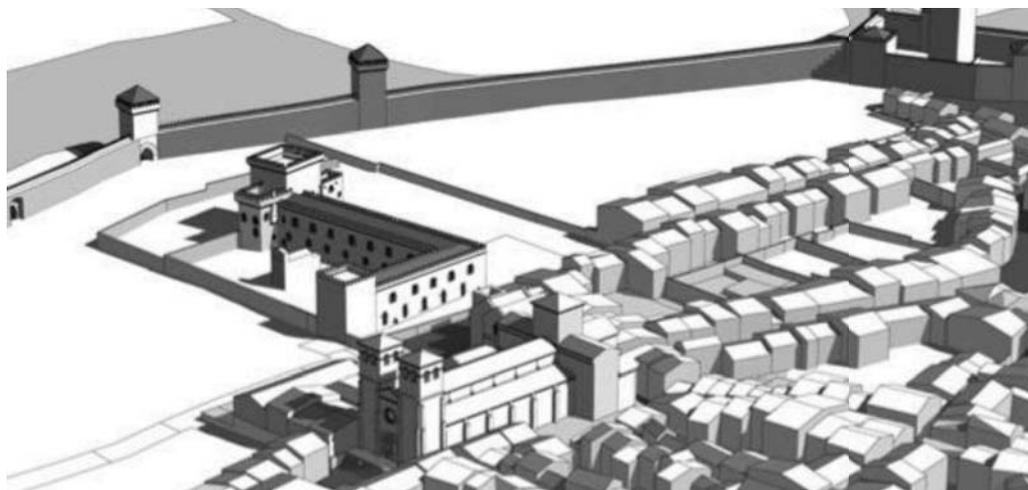
Anexo 6: Torre Medieval primitiva de D. Gonçalo Pereira. Fonte: Obra “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



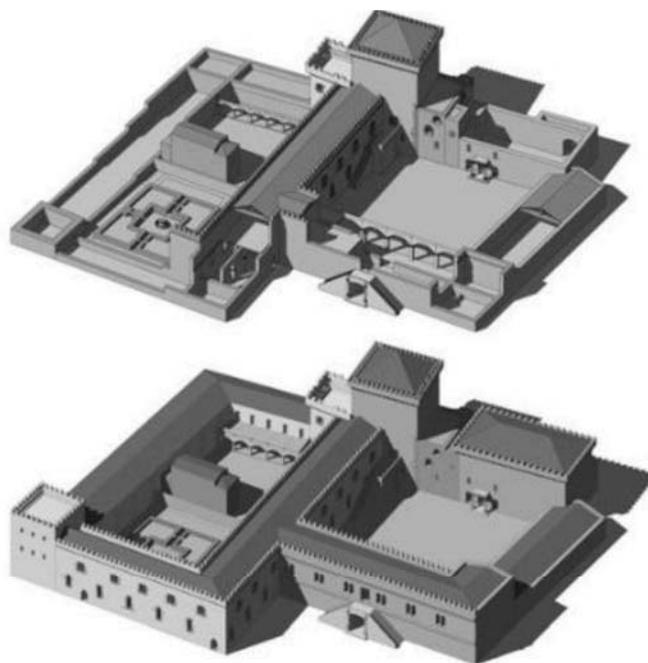
Anexo 7: Desenho 3D do Paço Medieval Primitivo de D. Gonçalo Pereira, com comparação espacial em relação à Sé e Castelo da Cidade. Fonte: Obra “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



Anexo 8: Desenho 3D do Paço Medieval na 2.ª fase com construções atribuídas a D. Fernando Guerra. Fonte: Obra “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



Anexo 9: Desenho 3D do Paço Renascentista de D. Diogo de Sousa. Fonte: Obra “O Antigo Paço dos Arcebispos de Braga” (2021) de Manuela Martins, Ricardo Mar e Maria do Carmo Ribeiro.



Anexo 10: Brasão de armas do Arcebispo D. Manuel de Sousa presente na ala nascente. Fonte: Pela própria.



Anexo 11: Brasão de armas do Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus presente na ala poente, com data de 1593. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 12: Panorâmica da fachada de D. Frei Agostinho de Jesus, na ala poente do Largo do Paço. Foto pela própria.



Anexo 13: Vista panorâmica do Chafariz de D. Rodrigo de Moura Teles. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 14: Chafariz D. Rodrigo de Moura Teles, com especial atenção à data de 1726, que corresponde ao tempo do arcebispo. Fonte: Pela própria.



Anexo 15: Brasão de Armas de D. Rodrigo de Moura Teles. Datado de 1706. Foto pela própria.



Anexo 16: Pormenor da escadaria de D. Rodrigo de Moura Teles. Foto pela própria.



Anexo 17: Fotografia da “Sala Grande” ou Salão Nobre como é atualmente apelidado, de D. Rodrigo Moura de Teles. Fonte: Pela própria.



Anexo 18: Brasão de armas do arcebispo à entrada do “Salão Grande”. Obra de D. Rodrigo de Moura Teles. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 19: Porta central do edifício criado por D. Rodrigo de Moura Teles, junto à rua do Souto com o brasão de armas do arcebispo. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 20: Brasão de armas do arcebispo D. José de Bragança presente no edifício do Paço construído pelo arcebispo, em frente ao Campo dos Touros. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 21: Vista do Paço barroco de D. José de Bragança. Fonte: Foto pela própria.



Anexo 22: Biblioteca Pública de Braga. Fonte: Website da UMinho



Anexo 23: Arquivo de Braga. Fonte: Website da UMinho.



Anexo 24: Unidade de Arqueologia, situada no Edifício dos Congregados. Fonte: Website da UMinho.



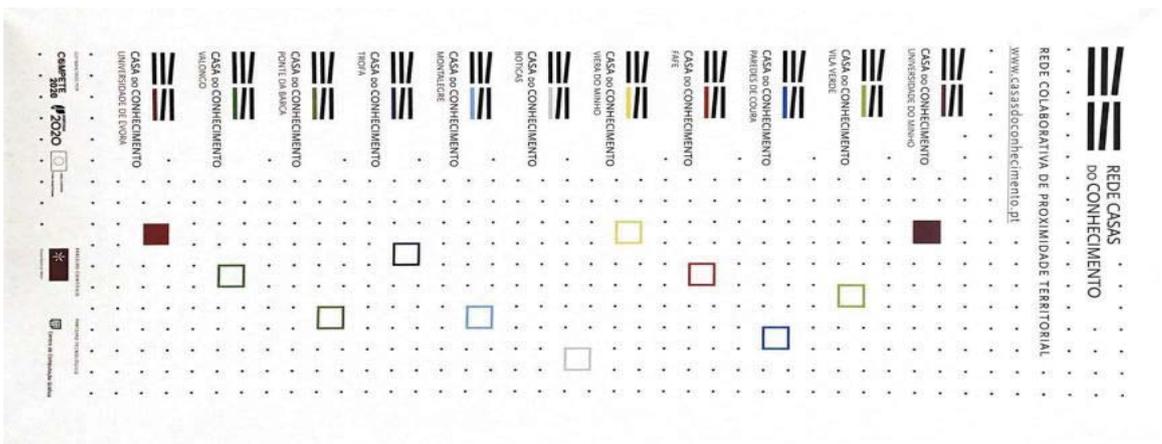
Anexo 25: Casa Museu de Monção. Foto retirada da página oficial da Casa.



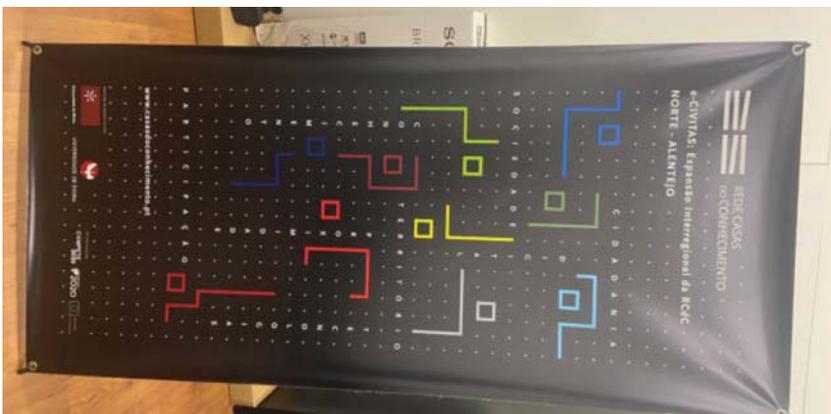
Anexo 26: Museu Nogueira da Silva. Fonte: Câmara Municipal de Braga.



Anexo 27: Logotipos e cores das diferentes Casas do Conhecimento e Rede.



Anexo 28: Cartaz promocional do projeto financiado E-Civitas, que promoveu a expansão interregional para o Alentejo.



Anexo 29: Assinatura do protocolo de cooperação interregional no encerramento do projeto “e-civitas” que promoveu a expansão para o Alentejo. Fonte: Website UMinho.



Anexo 30: Encerramento do projeto “e-civitas” que promoveu a expansão interregional para o Alentejo. Fonte: Website UMinho.



Anexo 31: Sessões da atividade Comunidade de Leitores em formato híbrido. Fonte: Fotos tiradas pela própria.



Anexo 32: Cartazes da 5ª Edição da Comunidade de Leitores. Fonte: Redes Sociais da Rede Casas do Conhecimento.

5ª Edição: setembro 2021 a fevereiro 2022

COMUNIDADE DE LEITORES

REDE CASAS do CONHECIMENTO

PROGRAMAÇÃO

- Sessão 21: Casa do Conhecimento da Uminho
Livro: O Velho e o Mar
Autor: Ernest Hemingway
Data: 15 de setembro 2021 | 17h30 – 19h00
- Sessão 22: Casa do Conhecimento de Boticas
Livro: Como a sombra que passa
Autor: António Mufos Molina
Data: 20 de outubro | 17h30 – 19h00
- Sessão 23: Casa do Conhecimento de Montalegre
Livro: Terra Fria
Autor: Ferreira de Castro
Data: 17 de novembro | 17h30 – 19h00
- Sessão 24: Casa do Conhecimento da Uminho
Livro: O Vício dos Livros
Autor: Afonso Cruz
Data: 15 de dezembro | 17h30 – 19h00
- Sessão 25: Casa do Conhecimento de Parede de Coura
Livro: Narciso Alves da Cunha – entre a Monarquia e a República
Autor: José Augusto Pacheco
Data: 19 de janeiro | 17h30 – 19h00
- Sessão 26: Casa do Conhecimento de Vila Verde
Livro: Engenharia Genética – O Futuro já começou
Autor: Sílvia Custado
Data: 16 de fevereiro | 17h30 – 19h00

SESSÃO 24: CASA DO CONHECIMENTO DA UMINHO

COMUNIDADE DE LEITORES

REDE CASAS do CONHECIMENTO

15 DEZEMBRO 2021
17h30 – 19h00
Livro: **O Vício dos Livros**
Autor: **Afonso Cruz**
Dinamizador: **Afonso Cruz**

Anexo 33: Exemplo de cartaz da atividade Conversas na Casa. Fonte: Redes Sociais da Rede Casas do Conhecimento.

CONVERSAS NA CASA

CASA do CONHECIMENTO
UNIVERSIDADE DO MINHO

Apresentação do livro
"LÍNGUA PORTUGUESA
GLOBAL: COMUNICAR
NO PANORAMA
MEDIÁTICO
LUSO-BRASILEIRO"
Autor: José Gabriel Andrade

25.03.2022

www.casasdoconhecimento.pt



18h30

CdC UMinho
Largo do Paço

APRESENTA
Isabel Capelo Gil - Reitora
Universidade Católica Portuguesa
Moisés de Lemos Martins -
Diretor Museu Virtual da
Lusofonia

MODERADORA
Manuela Martins -
UMinho Editora

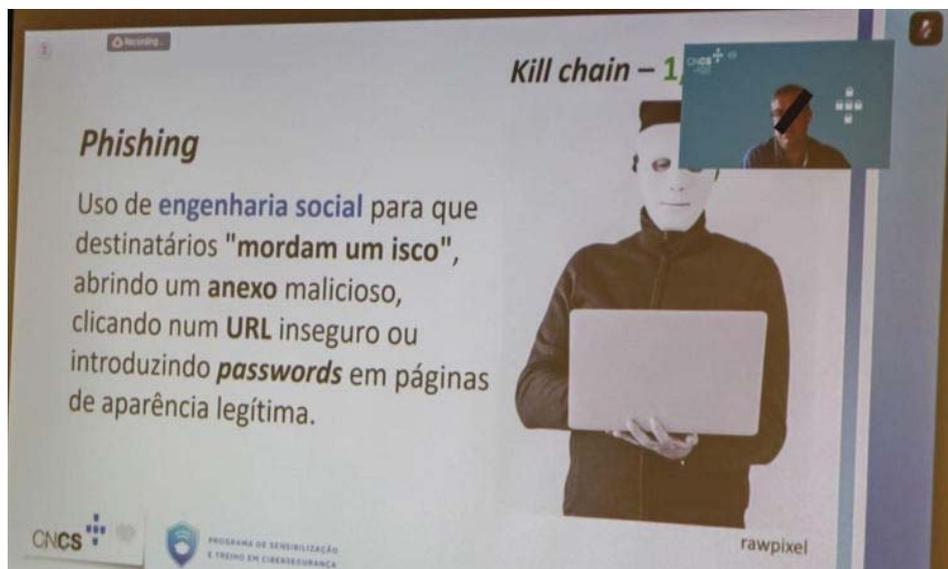
Anexo 34: Apresentação do livro "Língua Portuguesa Global: Comunicar no Panorama Mediático Luso-Brasileiro." de José Gabriel Andrade. Fonte: Foto retirada pela própria.



Anexo 35: Cartaz alusivo à atividade Ribat-On. Fonte: Redes Sociais da Biblioteca de Montalegre.



Anexo 36: Sessão dada no âmbito do Ribat-On. Fonte: Foto retirada pela própria.



Anexo 37: Cartaz do evento Curso de Outono. Fonte: Redes Sociais da Rede Casas do Conhecimento.



Anexo 38: Foto do evento Curso de Outono. Fonte: Foto retirada pela própria.



Anexo 39: Foto do cartaz do evento património com Alma.



Anexo 40: Evento Conversas Nortear. Fonte: Bibliotecas de Montalegre.



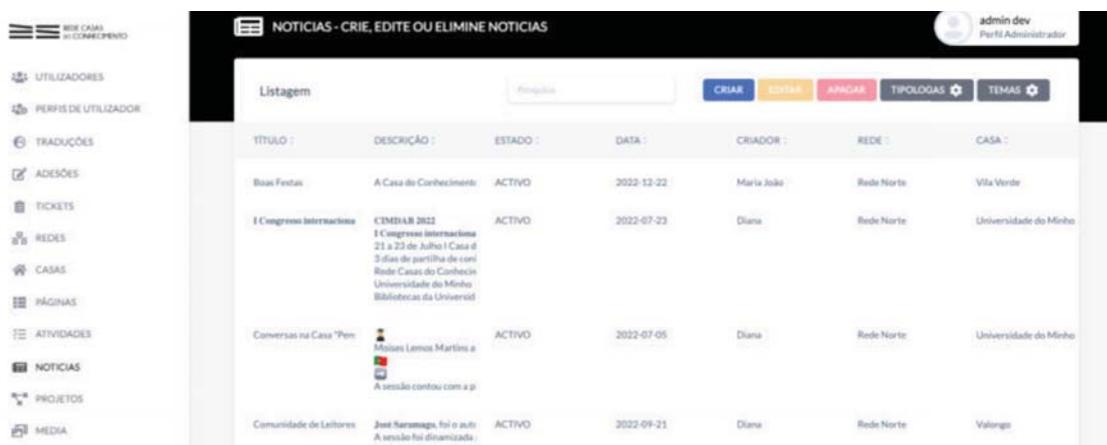
Anexo 41: Palestra “Cuidados Visuais para ver melhor o futuro.” Fonte: Rede Casas do Conhecimento.



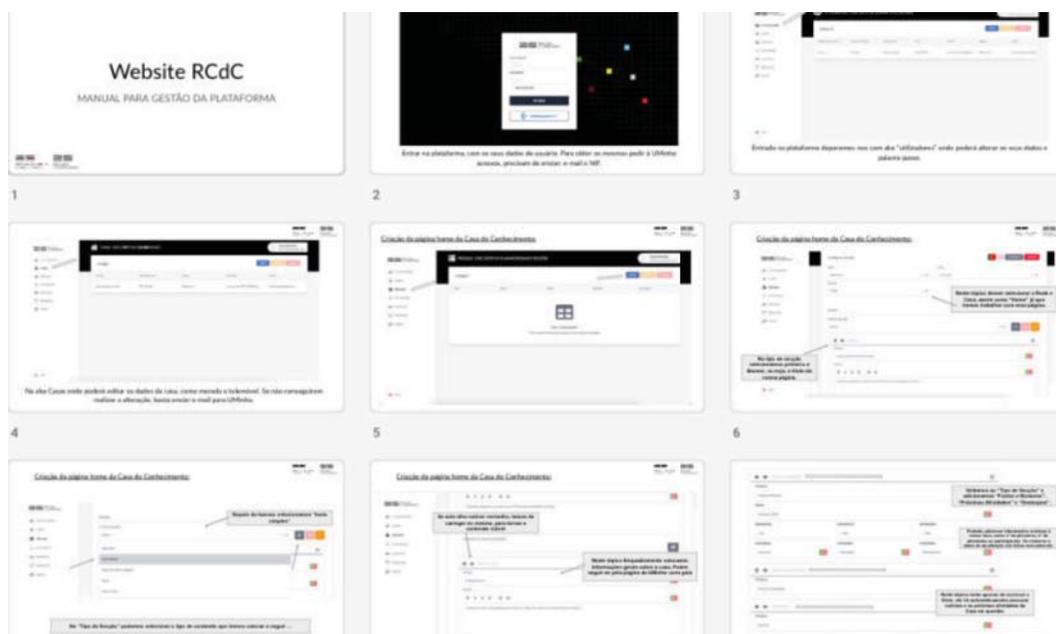
Anexo 42: Vista externa da plataforma da Rede Casas do Conhecimento que está em desenvolvimento.



Anexo 43: Vista interna da plataforma da Rede Casas do Conhecimento.



Anexo 44: Manual para gestão da plataforma realizado por mim de forma a explicar os procedimentos de criação das diferentes páginas no interior da plataforma.



Anexo 45: Sistemas de videoconferência nas diferentes Casas do Conhecimento. Fonte: fotos retiradas pela própria.



Anexo 46: As diferentes atividades elaboradas no âmbito do Empreende Makers. Fonte: Rede Casas do Conhecimento.



Anexo 47: Plataforma do projeto Empreende Makers.

Logos for Interreg España - Portugal, the European Union, and emprende MAKERS.

Navigation menu: INÍCIO APRESENTAÇÃO RED DE CENTROS FORMACIÓN DOCUMENTOS NOTÍCIAS GALERÍA CONTACTO

EMPRENDE MAKERS > MI CARNET

MI CARNET

CARNET DE USUARIO EMPRENDEMAKER

	DNI	-		
	NOMBRE	APELLIDOS		NÚMERO
	Diana	Mendes		50666
	CENTRO DE REFERENCIA	Casa do Conhecimento da UMinho		

Anexo 48: Questionário local às Unidades Orgânicas da Universidade do Minho com o intuito de identificar exemplos de interação entre as mesmas e a Sociedade Civil.

Casa do Conhecimento da Universidade do Minho

Encha as perguntas sobre qualificação.

Casa do Conhecimento da Universidade do Minho

Nome: *
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

E-mail: *
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

Unidade Orgânica de Ensino ou de Investigação da qual faz parte: *
● Seleccione todas as que se aplicarem.
Por favor, seleccione todas as que se aplicarem.

- Escola de Arquitectura, Arte e Design (EAAAD)
- Escola de Ciências (EC)
- Escola de Direito (ED)
- Escola de Economia e Gestão (EEG)
- Escola de Engenharia (ESENG)
- Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas (ELACH)
- Escola de Medicina (EMed)
- Escola de Psicologia (EPs)
- Escola Superior de Enfermagem (ESE)
- Instituto de Ciências Terras (ICT)
- Instituto de Educação (IE)
- Instituto de Investigação (II)

1. A UOEI que representa trabalha diretamente com a Sociedade Civil? Se sim, quais os exemplos que consegue identificar?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

2. A UOEI que representa tem um plano de interação com a sociedade? De que forma são envolvidos os membros da unidade neste processo?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

3. Como pode a Universidade criar um diálogo aberto com a sociedade e tornar-se uma "voz" representativa da comunidade?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

4. Conhece o trabalho da Casa do Conhecimento da Universidade do Minho? Consegue identificar alguma atividade?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

5. Já desenvolveu, diretamente, alguma atividade com a Casa do Conhecimento? Se sim, qual?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

6. Quais as atividades que poderá vir a desenvolver com a Casa do Conhecimento?
Por favor, escreva aqui a sua resposta.

Anexo 49: Exposição Encontros da imagem: Génesis 2:1. Fonte: Jornal Terras do Homem.



Anexo 50: Exposição Braga em Risco. Fonte: Pela Própria.



Anexo 51: Exposição o direito sobre si mesmo: 150 anos da abolição da escravatura no império português. Fonte: Pela própria.



Anexo 52: Luz de setembro de Tiago Madaleno. Fonte: Pela própria.



Anexo 53: Seara Nova – 100 anos de Ação e Pensamento Crítico. Fonte: Pela própria.

